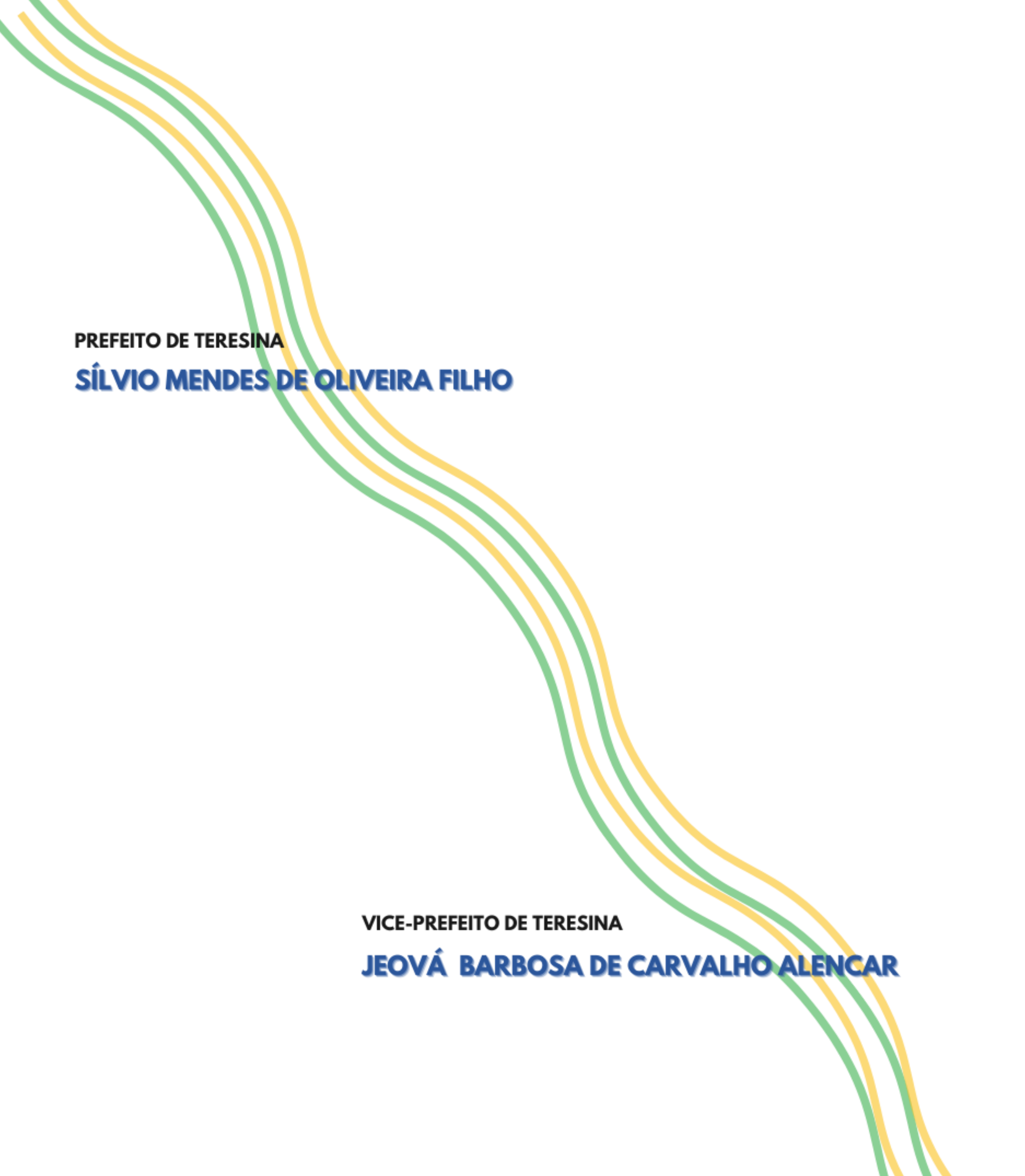


RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

2025 **SEMF**
Secretaria Municipal
de Finanças





PREFEITO DE TERESINA

SÍLVIO MENDES DE OLIVEIRA FILHO

VICE-PREFEITO DE TERESINA

JEOVÁ BARBOSA DE CARVALHO ALENCAR

FICHA TÉCNICA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS
EDGAR CARNEIRO MACHADO FILHO
SECRETÁRIA EXECUTIVA DE FINANÇAS
NOEMI ROCHA MONTEIRO DA SILVA

COORDENAÇÃO DE GESTÃO ESTRATÉGICA (EQUIPE ORGANIZADORA)
GABRIEL XIMENES ARAÚJO
MARIA GLEIANY LOPES DA SILVA

GESTORES DE MONITORAMENTO E COLABORADORES

AGNYS MELISSA LIMA ROCHA
BRUNA NUNES BRASILINO
CASSANDRA SOUSA SILVEIRA TOMAZ
DIANA ALMENDRA FONTINELE
FABIO HENRIQUE LOBATO CARVALHO
FERNANDO ODILON MENDONSA TORRES
GABRIELLE BARBOSA VALLADARES
GABRIEL XIMENES ARAÚJO
GUSTAVO BENTO DE MIRANDA VIANA
HENRY PORTELA LOPES
HERBERT GURGEL ARAUJO
JULIANA GOMES FAZOLO
JULIANA MARTINS VILANOVA
JOÃO VICTOR MASCARENHAS SILVA
JOÃO GONÇALVES RODRIGUES FILHO

JEYCIARA DA SILVA ARAÚJO
JOSÉ GONÇALVES LIMA NETO
LETÍCIA XAVIER RODRIGUES
LUCAS LEÔNIDAS SANTOS
MARIA GLEIANY LOPES DA SILVA
MIÚRA BARROS ARAÚJO DE SOUSA
NILENE MARIA DANIEL LOPES
PATRÍCIA SANTOS BARBOSA
RICARDO JOSÉ ALVES DA SILVA
SYALLE DE AZEVEDO COSTA
TIAGO VIEIRA SANTOS
TERESINHA DE JESUS LIRA MONTEIRO
URSULINA MARIA SILVA BARROS
VITOR ALEXANDRE DUTRA SOARES

Sumário

Sumário	4
INTRODUÇÃO	6
MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE	7
VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL	9
1.1 Organização Administrativa	10
1.2 Normas	11
1.3 Gestão de Pessoas	12
1.4 Gestão de Custo	15
1.4.1 Mão de Obra Terceirizada	16
1.5 Gestão de Patrimônio	18
1.5.1 Bens Permanentes	18
1.6 Bens Locados	19
1.6.1 Locação de Veículos	19
1.6.2 Locação de Imóveis	20
RESULTADOS DA GESTÃO	21
2.1 EIXO MEIO AMBIENTE E GOVERNO	22
2.1.1 Coordenação Especial da Receita Municipal	22
2.1.2 Contencioso Administrativo Tributário - CAT	25
2.1.3 Coordenação Especial de Tecnologia da Informação da SEMF - CETI	26
2.1.4 Execução do PNAFM	26
2.1.5 Conselho de Contribuintes do Município de Teresina - CCMT	28
2.1.6 Monitorar as Atividades da Controladoria - CGM	28
2.1.7 Gerência Executiva da Transferências Constitucionais - GETC	31
2.1.8 Centrais de Atendimento ao Público - CAPS	32
2.1.9 Incrementar Receitas - ISS	32
2.1.10 Incrementar Taxas e Multas	33
2.1.11 Cadastro Imobiliário - IPTU	34
2.1.12 Incrementar Receita - ITBI	35
2.1.13 Principais Resultados Alcançados - NETEF	37
INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E CONTÁBEIS	38
3.1 Receitas	39
3.1.1 Receitas Tributárias	39
3.1.2 Receitas de Transferências correntes	41
3.2 DESPESAS	43
3.2.1 Monitorar as Atividades do Núcleo Financeiro	43
3.2.2 Despesas Executadas	44

3.2.3	Despesas da SEMF	45
3.2.4	Tesouraria Geral do Município - TGM	45
RELAÇÃO DE GESTORES E RESPONSÁVEIS - EXERCÍCIO DE 2025		47
Lista de Figuras		49
Lista de Tabelas		51
Lista de Siglas		53

INTRODUÇÃO

A Secretaria Municipal de Finanças – SEMF exerce papel estratégico na administração pública municipal, sendo responsável pela formulação, coordenação e execução das políticas fiscal, tributária e financeira do Município de Teresina. Sua atuação está diretamente relacionada à sustentabilidade fiscal do município, ao fortalecimento da arrecadação própria e ao suporte financeiro para a execução das políticas públicas municipais.

Nesse contexto, a atuação institucional da Secretaria está orientada pela missão de planejar, administrar e executar a política financeira e tributária do Município, assegurando eficiência na arrecadação, responsabilidade fiscal e transparência na gestão dos recursos públicos. Como visão institucional, busca-se consolidar a SEMF como referência em gestão fiscal municipal, com excelência administrativa, inovação tecnológica e melhoria contínua dos serviços prestados à sociedade.

A atuação da Secretaria é orientada por valores institucionais que incluem legalidade, transparência, eficiência, responsabilidade fiscal, inovação e compromisso com o cidadão. Esses princípios orientam as ações voltadas ao fortalecimento da gestão fiscal, à modernização da administração tributária e à ampliação da transparência pública. Entre os principais objetivos estratégicos da Secretaria destacam-se o fortalecimento da arrecadação tributária municipal, a modernização dos sistemas de gestão fiscal e tributária, o aprimoramento da governança institucional e a ampliação da qualidade dos serviços oferecidos aos contribuintes.

A gestão institucional também considera os principais riscos e desafios que podem impactar a execução das atividades da Secretaria, destacando-se fatores relacionados à variação da arrecadação tributária decorrente do cenário econômico, à necessidade permanente de modernização tecnológica dos sistemas fiscais e administrativos, bem como aos desafios relacionados ao fortalecimento da transparência pública e ao aprimoramento contínuo dos processos administrativos.

Nesse contexto, o presente Relatório de Gestão Consolidado apresenta as principais ações desenvolvidas, os resultados alcançados no exercício de 2025 e as iniciativas implementadas pela Secretaria Municipal de Finanças com o objetivo de fortalecer a gestão fiscal, ampliar a eficiência administrativa e promover maior transparência na administração pública municipal.

MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE

É com satisfação e senso de responsabilidade institucional que apresento à sociedade teresinense, aos órgãos de controle e aos gestores públicos o Relatório de Gestão Consolidado 2025 da Secretaria Municipal de Finanças de Teresina – SEMF. Este documento é expressão do compromisso permanente com a transparência, com a legalidade e com a responsabilidade na administração dos recursos públicos municipais.

Ao longo do exercício de 2025, a SEMF concentrou esforços no fortalecimento da governança, na melhoria dos processos internos e na implementação de soluções tecnológicas voltadas à otimização da arrecadação e ao aprimoramento do atendimento ao contribuinte. Foram concluídas 100% das entregas contratuais do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios – PNAFM, com a disponibilização de base territorial e cadastral atualizada, integrada e georreferenciada, por meio da execução do Contrato nº 01/2023, firmado com o Consórcio Teresina Digital, no valor de R\$ 26.541.560,36(vinte e seis milhões, quinhentos e quarenta e um mil, quinhentos e sessenta reais trinta e seis centavos). Esse conjunto de ações resultou em avanços significativos na capacidade de planejamento urbano e na gestão tributária municipal.

No campo da arrecadação tributária, o exercício de 2025 registrou resultados expressivos em tributos estratégicos. O IPTU apresentou crescimento de 19,33%, passando de R\$ 139.369.320,66(cento e trinta e nove milhões, trezentos e sessenta e nove mil, trezentos e vinte reais e sessenta e seis centavos) em 2024 para R\$ 166.321.115,49(cento e sessenta e seis milhões, trezentos e vinte e um mil, cento e quinze reais e quarenta e nove centavos) em 2025, reflexo direto dos avanços no recadastramento imobiliário e na atualização cadastral, que alcançou 41.658(quarenta e um mil seiscientos e cinquenta e oito) imóveis alterados no Cadastro Imobiliário Fiscal. O ITBI também registrou crescimento relevante de 18,05% na arrecadação apurada pela Gerência Executiva do ITBI, totalizando R\$ 60.780.168,91(sessenta milhões, setecentos e oitenta mil, cento e sessenta e oito reais e noventa e um centavos), fruto de ações estruturantes voltadas à prevenção à evasão fiscal, à qualificação documental e ao aperfeiçoamento dos critérios de avaliação imobiliária.

As Taxas municipais cresceram 4,14%, atingindo R\$ 52.184.754,56(cinquenta e dois milhões, cento e oitenta e quatro mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos), refletindo a eficiência das ações de cobrança e a execução de 72 projetos especiais pela Gerência Executiva de Taxas e Multas, com constituição de crédito tributário no montante aproximado de R\$ 36.000.000,00(trinta e seis milhões).

No âmbito do Contencioso Administrativo Tributário, foram tramitados 999 processos, encerrados 890 e emitidas 161 decisões em primeira instância, envolvendo cerca de R\$ 133 milhões em discussão. O Conselho de Contribuintes do Município de Teresina – CCMT, por sua vez, proferiu 32 decisões em segunda instância administrativa, correspondentes ao total de R\$ 15.673.083,09(quinze milhões, seiscientos e setenta e três mil, oitenta e três reais e nove centavos), e analisou 21 recursos voluntários e 17 reexames necessários, consolidando-se como instância de controle e segurança jurídica da administração tributária municipal. A Controladoria Geral do Município – CGM atuou de forma ativa no controle interno, emitindo pareceres técnicos em 5.247 processos, analisando 72 processos de repactuação de contratos de terceirização e conduzindo procedimentos de Tomada de Contas Especial em parceria com órgãos da administração municipal. Foram ainda realizadas avaliações do Portal da Transparência Pública, com vistas ao cumprimento dos critérios estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí – TCE/PI, e elaborada a Cartilha de

Retenção Tributária, instrumento de orientação aos setores financeiros dos órgãos municipais. No plano das receitas de transferências correntes, o Fundo de Participação dos Municípios – FPM manteve-se como a principal fonte, registrando crescimento de 10,23% e alcançando R\$ 1.066.129.421,70(um bilhão, sessenta e seis milhões, cento e vinte e nove mil, quatrocentos e vinte e um reais e setenta centavos), enquanto o FUNDEB apresentou expansão de 9,28%, atingindo R\$ 664.532.676,78(seiscentos e sessenta e quatro milhões, quinhentos e trinta e dois mil, seiscentos e setenta e seis reais e setenta e oito centavos). A receita total de transferências correntes do município chegou a R\$ 2.302.806.535,70(dois bilhões, trezentos e dois milhões, oitocentos e seis mil, quinhentos e trinta e cinco reais e setenta centavos), com crescimento de 9,03% em relação ao exercício anterior.

No que se refere à modernização tecnológica e estrutural, foram adquiridos e entregues integralmente equipamentos de informática e mobiliário administrativo financiados pelo PNAFM, promovendo a ampliação da capacidade operacional das equipes e a melhoria das condições de atendimento ao contribuinte nas Unidades de Atendimento ao Público. Destaca-se também a contratação do Observatório do Mercado Imobiliário – OMI, por meio do Contrato nº 23/2025 no valor de R\$ 323.959,82(trezentos e vinte três mil, novecentos e cinquenta e nove reais e oitenta e dois centavos), que passou a oferecer maior precisão na avaliação imobiliária e apoio às ações de fiscalização e arrecadação, especialmente do ITBI. Foi ainda implantado novo sistema emissor de Notas Fiscais de Serviços Eletrônicas – NFS-e, em adequação às exigências da Reforma Tributária, e lançado o novo portal de serviços da SEMF, com ambiente virtual mais acessível e com mais serviços disponíveis para a população.

Merece registro o importante avanço na Planta Genérica de Valores – PGV, elaborada e aprovada no Poder Legislativo Municipal, com previsão de repercussão econômica a partir de 2026, além da participação da SEMF no Grupo de Trabalho do Cadastro Imobiliário Brasileiro – CIB, instituído pela Receita Federal do Brasil, que reúne as 27 capitais estaduais e o Distrito Federal, demonstrando o alinhamento da gestão tributária teresinense às iniciativas nacionais de integração cadastral.

No âmbito da gestão de pessoas, a SEMF encerrou o exercício com 135 servidores efetivos e 252 servidores ao total, com predominância do gênero feminino na composição do quadro funcional. Foram realizados treinamentos para os atendentes das Unidades de Atendimento ao Público e para gestores e fiscais de contratos terceirizados, reforçando o compromisso com a qualificação contínua dos servidores.

É reconhecido que parte significativa das ações implementadas em 2025 possui natureza estruturante, com efeitos típicos de médio e longo prazo. A tendência é de que seus impactos sejam ainda mais expressivos ao longo de 2026, à medida que os novos procedimentos se consolidem e que os instrumentos modernizados – como a nova Planta Genérica de Valores, o Sistema de Informações Georreferenciadas e o Cadastro Multifinalitário – produzam seus plenos efeitos sobre a arrecadação e o planejamento municipal. Agradeço a cada servidor da Secretaria Municipal de Finanças pelo empenho, dedicação e profissionalismo que tornaram possível os resultados aqui apresentados. Este relatório é fruto do trabalho coletivo de equipes comprometidas com a eficiência administrativa e com o desenvolvimento do Município de Teresina. Reafirmo o compromisso institucional da SEMF com a transparência, com a responsabilidade fiscal e com a construção de uma administração cada vez mais moderna, eficiente e orientada para resultados em benefício da sociedade teresinense.

Edgar Carneiro Machado Filho
Secretário Municipal de Finanças



VISÃO GERAL E ORGANIZACIONAL

CONSOLIDADO 2025

SEMF

Secretaria Municipal
de Finanças



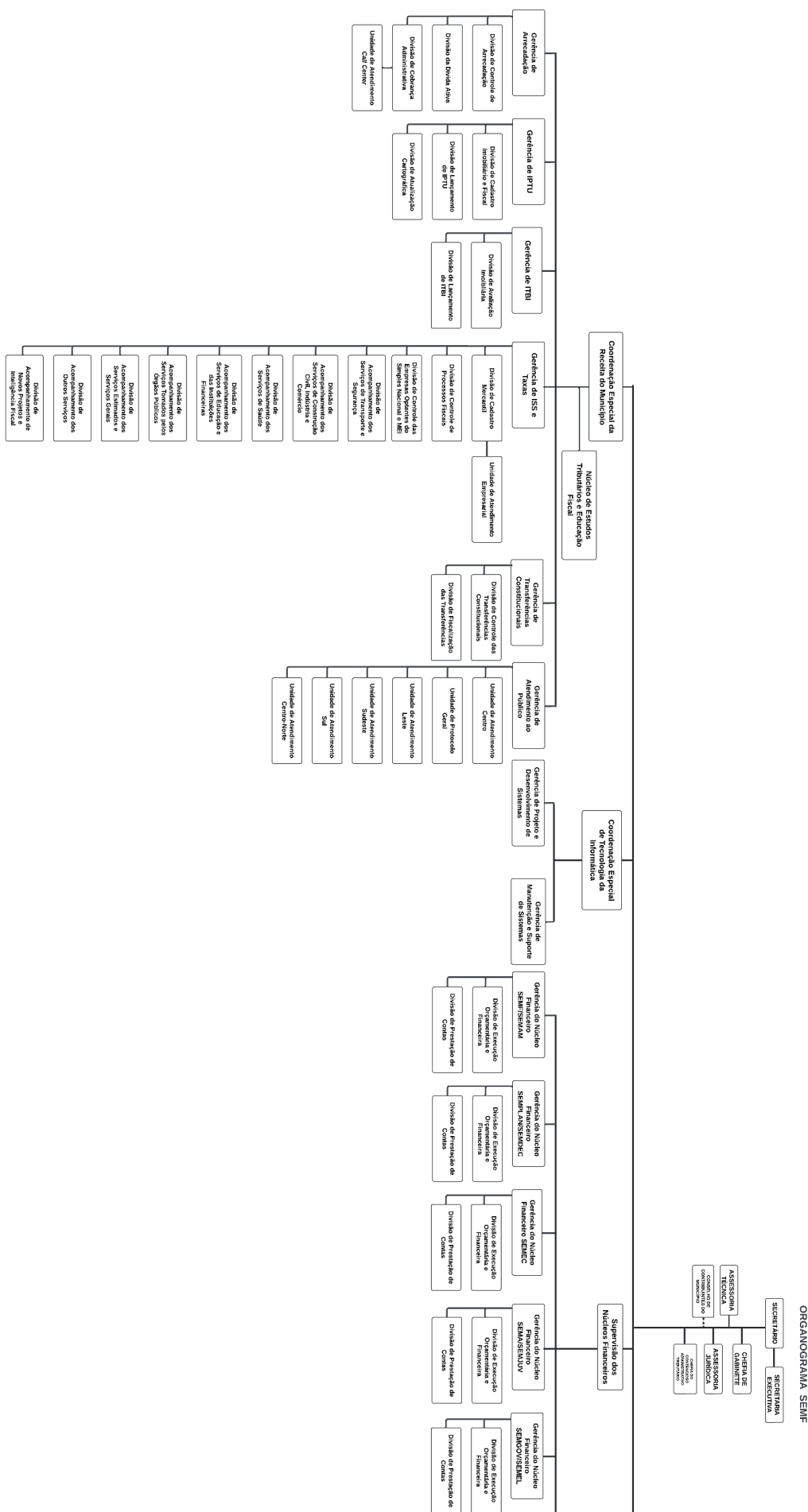
TERESINA
NO CAMINHO CERTO

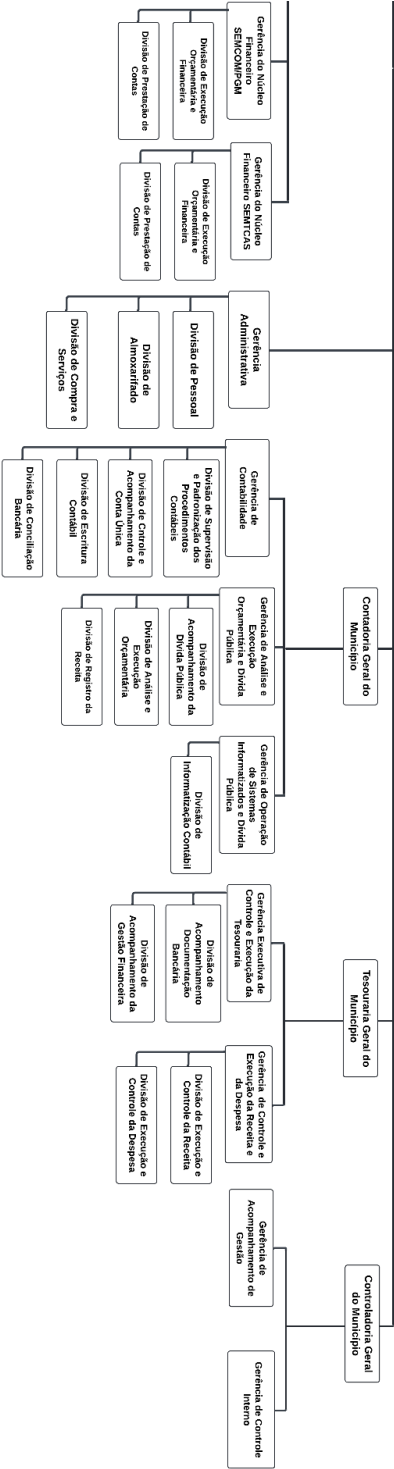
1.1 Organização Administrativa

A Secretaria Municipal de Finanças é responsável pela gestão da política fiscal e financeira do Município de Teresina, exercendo papel estratégico na sustentabilidade das contas públicas municipais.

A atuação institucional da Secretaria está estruturada em unidades administrativa responsáveis por diferentes funções relacionadas à arrecadação tributária, gestão contábil, administração financeira, controle patrimonial e apoio à gestão fiscal do Município.

Figura 1: **Organograma - SEMF**





Fonte: SEMF/PMT

1.2 Normas

O Município de Teresina, através da Secretaria Municipal de Finanças-SEMF, no desempenho regular de suas atribuições, realiza ações e atividades com base em um variado arcabouço legal, a respeito do qual se destacam os seguintes normativos.

- Lei Orgânica do Município de Teresina - LOM.
- Lei de Organização Administrativa do Poder Executivo Municipal - Lei Complementar nº2.959, de 26 de dezembro de 2000.
 - Plano Municipal de Educação de Teresina (PME/2015-2025) - Lei nº4.739, de 26 de Junho de 2015.

- Plano Municipal de Saúde - Resolução CMS/THE nº125, de 28 de setembro de 2022.
- Plano Diretor de Teresina, denominado “Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT- Lei nº5.481, de 20 de dezembro de 2019.

3. Código Tributário do Município de Teresina - Lei Complementar nº4.974, de 26 de dezembro de 2016.

- Código de Postura de Município de Teresina - Lei Complementar nº3.610, de 11 de janeiro de 2007.
- Política de Regularização Fundiária Urbana no Município de Teresina - Lei Complementar nº5.444, de 11 de novembro de 2019.
- II Plano Municipal pela Primeira Infância de Teresina - PMPI (2022-2023) - Lei nº5.919, de 29 de maio de 2023.
- Objetivos e Metas para o Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Teresina - Lei nº4.973, de 26 de dezembro de 2016.
- Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB do Município de Teresina - Decreto nº17.644, de 23 de março de 2018.
- Sistema Único de Assistência Social de Teresina - SUS/TERESINA - Lei nº5.050, de 18 de julho de 2017.
- Plano Municipal de Assistência Social 2022-2025 - Resolução CMAS nº05, de 26 de janeiro de 2022.

4. Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Teresina - Lei nº 2.138, de 21 de julho de 1992.

5. Código de Obras e Edificações de Teresina - Lei Complementar nº4.729, de 10 de junho de 2015.

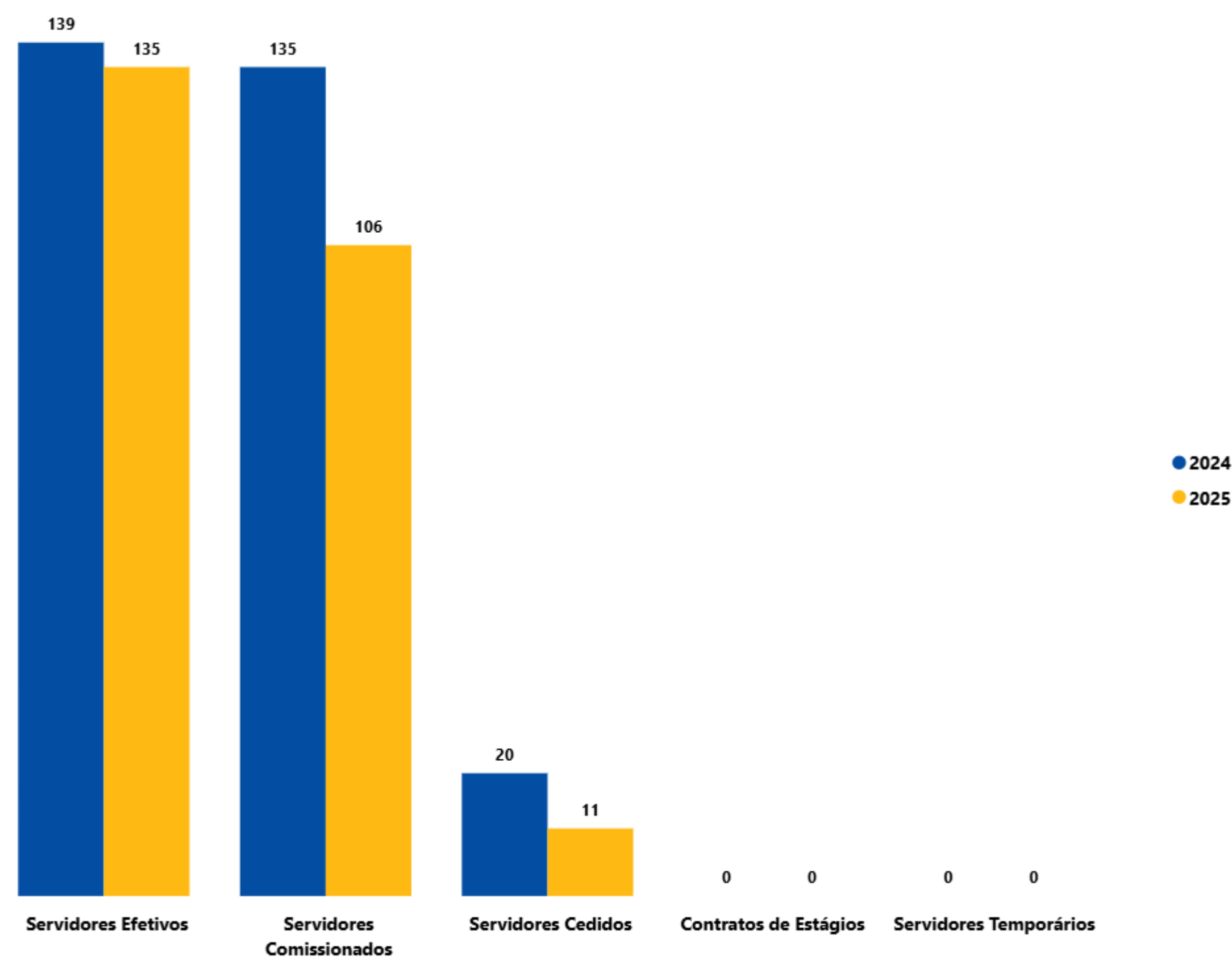
1.3 Gestão de Pessoas

O gráfico apresenta a distribuição de servidores conforme o vínculo funcional nos anos de 2024 e 2025. Observa-se que:

- O número de Servidores Efetivos apresentou leve redução, passando de 139 (2024) para 135 (2025).
- Os Servidores Comissionados também diminuíram de forma mais significativa, de 135 para 106, indicando possível reestruturação administrativa ou redução de cargos comissionados.

- Os Servidores Cedidos reduziram de 20 para 11, evidenciando menor movimentação ou cessão de pessoal no período.
- Não houve registros de Contratos de Estágio nem de Servidores Temporários em ambos os anos.

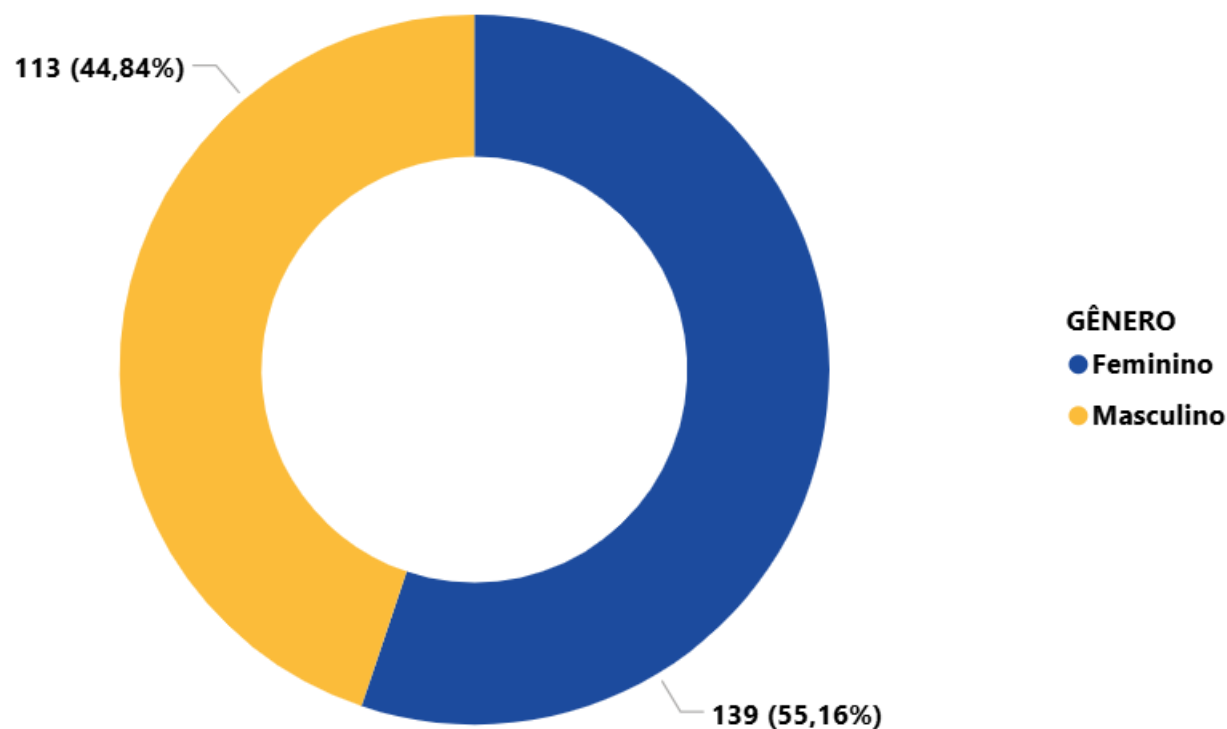
Figura 2: Situação Funcional dos Servidores da Administração.



Fonte: SEMF/ PMT. Dados computados de 01/01/2024 - 31/12/2025.

Observa-se predominância do gênero feminino no quadro funcional, representando pouco mais da metade do total de servidores. A diferença percentual indica uma composição relativamente equilibrada, porém com maior participação feminina na estrutura administrativa.

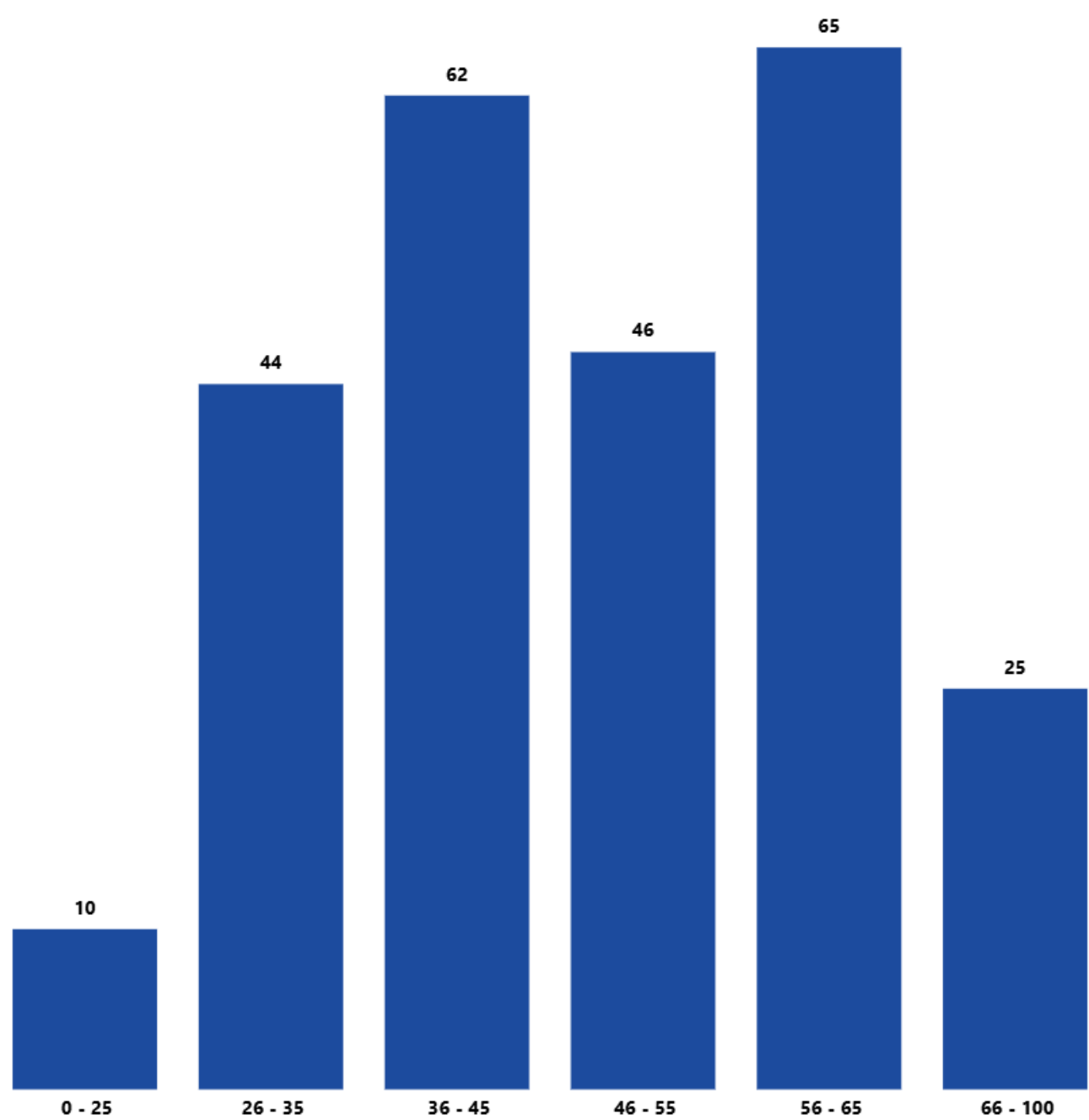
Figura 3: Quantidade de Servidores por Gênero.



Fonte: SEMF/ PMT. Dados computados de 01/01/2025 - 31/12/2025.

Verifica-se maior concentração nas faixas de 56 a 65 anos (65 servidores) e 36 a 45 anos (62 servidores), indicando um quadro funcional predominantemente maduro.

Figura 4: Quantidade de Servidores Ativos, por Faixa Etária.



Fonte: SEMF/ PMT. Dados computados de 01/01/2025 - 31/12/2025.

1.4 Gestão de Custo



A Secretaria Municipal de Finanças-SEMF, no uso de suas atribuições, buscando otimizar receitas e despesas, com foco na excelência do atendimento, destaca, a seguir, os valores dos gastos com água e energia elétrica, no ano de 2025, bem como com terceirizados, além dos termos contratuais, os quais deram suporte à realização de suas correspondentes atividades:

Tabela 1: Valores Gastos Mensais 2025 - Água e Energia

MESES	VALOR R\$	
	ÁGUA	ENERGIA
Janeiro	5.895,86	22.543,44
Fevereiro	6.587,22	20.821,18
Março	7.962,72	21.531,23
Abril	5.249,80	23.526,25
Maio	6.187,52	22.381,71
Junho	7.391,36	22.129,99
Julho	8.229,70	20.829,82
Agosto	7.261,61	22.632,15
Setembro	6.828,04	21.538,19
Outubro	8.225,88	23.885,72
Novembro	6.188,98	25.881,94
Dezembro	7.053,55	27.345,08

Fonte: SEMF/PMT. Dados computados de 01/01/2025 - 31/12/2025.

1.4.1 Mão de Obra Terceirizada



Tabela 2: Mão de Obra Terceirizada

Contrato n°/ano	Descrição do Objeto	Quant. de cargos previstos no contrato	Quant. de cargos efetivamente contratados	Valor total do contrato (R\$)	Valor efetivamente gasto em 2025 (R\$)
01/2022 - SEMF	Locação de Mão de Obra	166	22	R\$13.048.868,40	R\$1.749.142,53
08/2022 - SEMF	Locação de Mão de Obra	115	11	R\$6.347.682,00	R\$267.752,90
02/2022 - SEMF	Locação de Mão de Obra	71	45	R\$4.364.001,60	R\$1.645.679,24
07/2022 - SEMF	Locação de Mão de Obra	140	29	R\$7.905.959,09	R\$397.228,58
05/2022 - SEMF	Locação de Mão de Obra	62	17	R\$4.463.892,27	R\$614.817,93
04/2022 - SEMF	Locação de Mão de Obra	28	6	R\$2.521.062,12	R\$681.672,82

Fonte: SEMF/PMT. Dados computados de 01/01/2025 - 31/12/2025.

Tabela 3: Principais Atividades

Atividades Desenvolvidas	Resultados Alcançados
1. Administração dos Contratos com ações proativas e preventivas, de modo a propiciar o cumprimento das regras previstas no Edital, no Termo de Referência, no Projeto Básico e no Instrumento Contratual, para obtenção dos resultados esperados.	1. Implementação de ações proativas e preventivas na administração dos contratos, o que possibilitou maior segurança jurídica e mitigação de riscos, garantindo o alcance dos resultados esperados e o fiel cumprimento das obrigações pactuadas pelas empresas contratadas.
2. Gestão e Fiscalização das Contratações da Administra Municipal.	2. Com o acompanhamento e controle da publicação de todos os contratos, aditivos e apostilamentos, bem como o registro e atualização das informações no Sistema Contratos WEB do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE/PI), foi reforçado o cumprimento da Administração com a transparência e o controle social sobre as contratações públicas.
3. Atividades Gerenciais e Operacionais que compõem o processo de contratação.	3. Consolidação de rotinas de fiscalização preventiva e contínua.
4. Fiscalização das Contratações por meio da Fiscalização Técnica, Fiscalização Administrativa, Fiscalização Setorial e Fiscalização pelo Público Usuário.	4. Aperfeiçoamento do controle sobre o cumprimento das obrigações contratuais e trabalhistas.
5. Recebimento Provisão e Definitivo dos serviços, no ato que concretiza a execução dos serviços de locação de mão de obra.	5. Redução de não conformidades e retrabalhos nos processos de contratação.
6. Fiscalização Administração, realizada nos Contratos de prestação de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.	6. Fortalecimento da governança contratual e da eficiência na aplicação dos recursos públicos.
7. Fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais, no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis de Trabalho(CLT).	
8. Fiscalização Inicial (no momento que a prestação do serviço é iniciada), Fiscalização Mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura), Fiscalização Diária, Fiscalização Procedimental, Fiscalização por Amostragem.	
9. Elaboração do Relatório Circunstanciado, contendo o registro da análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato.	
10. Emissão do Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo do Objeto Contratual.	
11. Análise dos Requerimentos de Repactuação.	
12. Fiscalização e acompanhamento da execução do contrato de locação de veículos, verificar a documentação, fiscalizar o bom estado dos veículos e garantir que a prestação de serviço seja adequada.	
13. Acompanhamento e controle da publicação de todos os contratos, aditivos e informação de sua execução, Publicação de contratos e aditivos, apostilamento no Sistema Contratos WEB do Tribunal de Contas do Estado do Piauí - TCE/PI.	

14. Fiscalização e acompanhamento da execução do contrato de locação de imóvel, verificar a documentação, fiscalizar o bom estado dos imóveis e garantir que a locação para atender a demanda da Secretaria.	
15. Encaminhar os processos de pagamento aos respectivos Fiscais e Gestores de cada contrato para que produzam os relatórios de fiscalização técnica e termo circunstanciado de recebimento.	
16. Encaminhar os processos de pagamento ao Núcleo Financeiro, solicitando as notas de empenho.	

SEMF/PMT. Dados computados de 01/01/2025 - 31/12/2025.

Tabela 4: Contratos

Procedimentos Realizados	Quantidade
Inexigibilidade	01
Dispensa	02
Adesão á Ata de Registro de Preço	02
Pregão	03
Concorrência	0
Diálogo Competitivo	0
Concurso	0
Leilão	0
Contratos	34
Renovações Contratuais (serviços contínuos)	12
Termos Aditivos (valor)	06
Termos Aditivos (prazo)	14
Reajustes/Repactuações	04

Fonte: SEMF/PMT. Dados computados de 01/01/2025 - 31/12/2025.

1.5 Gestão de Patrimônio

1.5.1 Bens Permanentes

A Figura 5 apresenta a composição do patrimônio permanente da SEMF, evidenciando a quantidade de bens disponíveis para suporte às atividades administrativas e operacionais do órgão. Observa-se que os itens de maior representatividade são os equipamentos de informática, totalizando 483 unidades, o que demonstra forte estrutura tecnológica e dependência de recursos digitais para execução das atividades institucionais.

Em seguida, destacam-se 258 cadeiras, 142 mesas e 137 armários e gaveteiros, compondo a base do mobiliário administrativo necessário ao funcionamento regular dos setores. Esses números indicam estrutura física compatível com o quantitativo de servidores e com a organização dos ambientes de trabalho.

Constam ainda 77 aparelhos de ar-condicionado, essenciais para a climatização dos espaços e garantia de condições adequadas de trabalho, além de 15 televisores e aparelhos de som, que podem estar relacionados a atividades institucionais, reuniões e eventos. Por fim, há o registro de 30 eletrodomésticos, que contribuem para o suporte logístico interno.

Figura 5: Patrimônio da SEMF - Bens Permanentes



Fonte: SEMF/PMT. Dados computados de 01/01/2025 - 31/12/2025.

1.6 Bens Locados

1.6.1 Locação de Veículos



Tabela 5: Veículos Locados

Contrato n°/ano	Descrição do Objeto	Quant. de veículos previstos	Quant. de veículos efetivamente contratados	Quilometragem percorrida(km)	Valor total do contrato	Valor efetivamente gasto em 2025 (R\$)
15/2022 SEMF	- Veículo tipo Pick-up 4X4	04	07	55.324	472.920,00	382.465,13
07/2019 SEMF	- Veículo tipo passeio	07	02	5.785	344.400,00	10.933,32
TOTAL		14	9	61.109	817.320,00	393,398,45

Fonte: SEMF/PMT. Dados computados de 01/01/2025 - 31/12/2025.

1.6.2 Locação de Imóveis



Tabela 6: Imóveis Locados

Contrato n°/ano	Descrição do Objeto	Localização	Valor total do contrato (R\$)	Valor efetivamente gasto em 2025 (R\$)
06/2022 - SEMF	Locação de imóvel	Rua Coelho Rodrigues, 1911, Bairro: Centro, CEP: 64.00-370.	R\$135.712,80	R\$136.969,40
14/2021 - SEMF	Locação de imóvel	Rua Coelho Rodrigues, 1921, Bairro: Centro, CEP: 64.000-240.	R\$205.870,58	R\$214.766,14
03/2023 - SEMF	Locação de imóvel	Rua Coelho Rodrigues, 1881, Bairro: Centro, CEP: 64.000-080	R\$97.200,00	R\$99.900,00
TOTAL			R\$438.783,36	R\$451.635,54

Fonte: SEMF/PMT. Dados computados de 01/01/2025 - 31/12/2025.



RESULTADOS DA GESTÃO

CONSOLIDADO 2025

SEMF

Secretaria Municipal
de Finanças



TERESINA
NO CAMINHO CERTO

2.1 EIXO MEIO AMBIENTE E GOVERNO



Os resultados apresentados nesta seção refletem as principais ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Finanças ao longo do exercício de 2025, evidenciando o desempenho institucional nas áreas de arrecadação tributária, gestão financeira, administração contábil e modernização administrativa.

A análise dos resultados considera os principais indicadores relacionados às atividades da Secretaria, bem como os avanços institucionais obtidos no período e os desafios que permanecem para os exercícios seguintes.

2.1.1 Coordenação Especial da Receita Municipal

✓ Administração do FUMIC.

Administração do Fundo Municipal de Incentivo ao Incremento da Arrecadação FUMIC, foi criado conforme a Lei nº 4.548, de 07/04/2014, vinculado à estrutura de Secretaria Municipal de Finanças, com fundamentos nos arts. 37, XXII, e 167, IV, da Constituição Federal, visando assegurar o pagamento do prêmio por desempenho fiscal aos Auditores-Fiscais da Receita Municipal.

Engloba ações técnicas e administrativas tributárias com o objetivo de aumentar a arrecadação municipal da meta legal estabelecida, considerando a relação entre a arrecadação do exercício atual e a do exercício anterior corrigida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - Especial IPCA-E.

Tabela 7: Principais Resultados Alcançados

Atividades Desenvolvidas	Resultados Alcançados
Gestão dos recursos do FUMIC e pagamento do Prêmio por Desempenho Fiscal - PDF	Prêmio por Desempenho Fiscal pago.

Fonte: SEMF/PMT. Dados computados de 01/01/2025 - 31/12/2025.

➤ Iniciativa: Administração da Receita.

Tabela 8: Principais Resultados Alcançados

Atividades Desenvolvidas	Resultados Alcançados
Taxa de licença de Fiscalização e Funcionamento - TLFF: cobrança de taxa anual para renovação de alvará de funcionamento;	Cobrança anual da taxa implementada;
Unificação do vencimento das taxas relativas ao procedimento de renovação de licenças e alvará de funcionamento;	Vencimento unificado dos tributos implementado;
Implantar e implementar sistemas eletrônicos eficazes: implantar o Construa Fácil (Modernização e desburocratização de licenciamento de obras e concessão de habite-se);	Sistema Construa Fácil Implementado;
Sistema Domicílio Eletrônico e Sistema de Administração Fiscal - ADMFIS Web, Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP;	Domicílio Tributário Eletrônico - DTE implementado, Sistema de Administração Fiscal - ADMFIS Web implementado;
Planta Genérica de Valores;	Planta de Valores Genéricos elaborada e aprovada no Legislativo, devendo iniciar a repercussão econômica em 2026;

Fonte: SEMF/PMT. Dados computados de 01/01/2025 - 31/12/2025.



Metas: Melhorar o controle dos processos na administração tributária, financeira e contábil do município.

Tabela 9: Monitoramento dos Indicadores do PPA

Indicador	Resultados			
	2022	2023	2024	2025
Receita tributária/Receita própria				
Sistemas Eletrônicos Eficazes implantados	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Aerofotogrametria Realizada - PNAFM	0,00%	86,00%	100,00%	100,00%
Cadastro Multifinalitário Implantado	0,00%	28,32%	48,60%	100,00%
Cartografia Atualizada	0,00%	35,00%	95,00%	100,00%
Parque Tecnológico Relacionado à Gestão Fiscal Modernizado	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Recadastramento Imobiliário Realizado	0,00%	0,00%	15,00%	100,00%
Sistema de Informações Georreferenciado SIG Implantado	0,00%	33,00%	47,00%	91,29%

Fonte: SEMF/PMT. Dados computados de 01/01/2025 - 31/12/2025.

Tabela 10: Monitoramento dos Indicadores do PPA

Indicador	Resultados			
	2022	2023	2024	2025
Receita tributária/Receita própria				
Sistemas Eletrônicos Efíca- zes implantados	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Aerofotogrametria Realiza- da - PNAFM	0,00%	71,62%	97,34%	99,95%
Cadastro Multifinalitário Implantado	0,00%	0,00%	28,32%	100,00%
Cartografia Atualizada	0,00%	4,88%	91,07%	99,97%
Parque Tecnológico Relaci- onado à Gestão Fiscal Mo- dernizado	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Recadastramento Imobiliá- rio Realizado	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Sistema de Informações Ge- orreferenciado SIG Implan- tado	0,00%	27,19%	43,30%	91,29%

Fonte: SEMF/PMT. Dados computados de 01/01/2025 - 31/12/2025.

Sobre a Modernização do Parque Tecnológico

Tabela 11: Principais Resultados Alcançados

Atividades Desenvolvidas	Resultados Alcançados
Aquisição de mobiliário em andamento(Processo nº 00043.015616/2024-51)	Contratos assinados e mobiliário 100% recebido.
Aquisição de equipamentos de informática (Processo nº 00042.013156/2024-26)	Contratos assinados (029, 030, 031, 032, 033, 034 e 035/2025) e 100% dos produtos recebidos e devidamente atestados pela fiscalização.
Contratação de software para avaliações imobiliárias (Observatório do Mercado Imobiliário)	Software contratado e sistema em fase de implementa- ção.
Aquisição de servidores para ampliação da ca- pacidade de armazenamento de dados(Processo 00021.000288/2025-56)	Licitação concluída e contratação em andamento.

Fonte: SEMF/PMT. Dados computados de 01/01/2025 - 31/12/2025.

2.1.2 Contencioso Administrativo Tributário - CAT

Tabela 12: Principais Resultados Alcançados

Atividades Desenvolvidas	Resultados Alcançados
1 - Preparar, organizar e sanear os processos administrativos, colocando-os prontos para julgamento em 1ª e 2ª instâncias administrativas, relativos às questões jurídicas que se estabelecem entre o Município de Teresina e o sujeito passivo de obrigação tributária, nos casos de: a) Constituição e exigência de créditos tributários; b) indeferimento do pedido de restituição de tributos pagos indevidamente; c) consulta à legislação tributária; d) penalidades e demais encargos relacionados aos itens I e II;	1- 999 processos tramitados;
2 - Julgar os processos administrativos fiscais, de que trata o item anterior, em primeira instância, e emitir parecer decorrente de consulta sobre a legislação tributária municipal;	2 - 890 processos encerrados;
3 - Emitir despachos decisórios nos casos de defesas apresentadas intempestivamente;	3 - Distribuição de 192 processos para julgamento;
4 - Efetuar a suspensão da exigibilidade dos sistemas da Secretaria Municipal de Finanças - SEMF e a preparação dos lançamentos após o trânsito em julgado;	4 - Emissão de 161 decisões em primeira instância, envolvendo cerca de R\$ 133 milhões em discussão, sendo: Imposto Sobre Serviço - ISS: 72; Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU:38; ITBI:9; TAXAS: 42;
5 - Efetuar manifestação sobre pedidos de prorrogações de prazo para apresentação de defesas;	5 - Emissão de 134 despachos decisórios;
6 - Notificar o sujeito passivo acerca das decisões, pareceres de consulta, prorrogação de prazo e alteração/manutenção promovidas nos autos.	6 - Emissão de 7 pareceres de consulta.

Fonte: SEMF/PMT. Dados computados de 01/01/2025 - 31/12/2025.

2.1.3 Coordenação Especial de Tecnologia da Informação da SEMF - CETI

Monitorar as Atividades da Coordenação Especial Tecnologia da Informação

Tabela 13: Principais Resultados Alcançados

Atividades Desenvolvidas	Resultados Alcançados
Acompanhamento de demandas relativas aos sistemas tributários utilizados no âmbito da SEMF (SIAT, NFSE, NFSA, ITBI-E, ADMFIS);	Suporte aos usuários lotados na SEMF nas demandas enviadas;
Acompanhamento das demandas e aprimoramento do sistema SLIC, utilizado pelas SDUS, SEMAM, GEVISA e SEMF para renovação das licenças ambientais, sanitárias e operação;	Atendimento das demandas provenientes dos órgãos licenciadores. Aprimoramento do sistema através de novas funcionalidades;
Acompanhamento das demandas e aprimoramento do sistema de emissão de CERTIDÃO DE NÚMERO;	Manutenção corretiva e aprimoramento das demandas associadas ao sistema de certidão de número;
Acompanhamento da implantação do novo sistema emissor de notas fiscais de serviços eletrônicos - NFSE;	Adequação a reforma tributária; Sistema com linguagem de programação mais atualizada;
Implantação do novo portal de serviços da SEMF	Ambiente virtual mais acessível e com mais serviços disponíveis para a população;
Geração de relatórios e análise de dados para os AFRMS	Desenvolvimento de relatórios com vistas a subsidiar os AFRMS no exercício de suas funções;
Gerenciamento da infraestrutura de TI da SEMF.	Manutenção preventiva e correta nos equipamentos que compõem a infraestrutura de TI da SEMF (computadores, internet, equipamentos, etc).

Fonte: SEMF/PMT. Dados computados de 01/01/2025 - 31/12/2025.

2.1.4 Execução do PNAFM

Inicialmente, foi realizada a execução das atividades previstas no Contrato nº 01/2023, firmado com o Consórcio Teresina Digital, correspondente à parcela financiada com recursos do PNAFM, no valor de R\$ 26.541.560,36(vinte e seis milhões, quinhentos e quarenta e um mil, quinhentos e sessenta reais e trinta e seis centavos). As ações contemplaram a realização de aerofotogrametria e/ou Cidade Digital 3D, atualização cartográfica municipal, implantação e modernização do Cadastro Multifinalitário, elaboração da Planta Genérica de Valores (PGV), recadastramento imobiliário e implantação/modernização do Sistema de Informações Georreferenciadas (SIG). Como resultado, houve a conclusão de 100% das entregas contratuais relativas aos itens financiados pelo PNAFM, com disponibilização de base territorial e cadastral atualizada, integrada e georreferenciada. Isso ampliou a capacidade de planejamento urbano, aprimorou a gestão tributária e forneceu subsídios técnicos para a melhoria da arrecadação municipal.

Também foi realizada a aquisição e entrega de mobiliário administrativo destinado à ampliação e modernização do atendimento ao contribuinte na Secretaria Municipal de Finanças (SEMF), por meio dos Contratos nº 14/2025, 15/2025, 16/2025 e 17/2025, firmados com as empresas APB Comércio de Móveis LTDA, Kadoshi Comércio e Representações LTDA, TECNO2000 Indústria e Comércio LTDA e LBS do Brasil LTDA. Foram adquiridos armários, mesas, cadeiras, longarinas, poltronas e gaveteiros. Como resultado, ocorreu a modernização completa dos ambientes de atendimento da SEMF, com melhoria das condições ergonômicas e organizacionais para os servidores e maior conforto aos contribuintes. Todos os

itens foram integralmente executados e entregues em 2025, contribuindo para a eficiência, padronização e qualidade do atendimento.

No campo da infraestrutura tecnológica, houve o fortalecimento do parque tecnológico da SEMF por meio da aquisição de estações de trabalho e equipamentos de informática, conforme os Contratos nº 29/2025 e 30/2025, firmados com Print Solução em Tecnologia LTDA e Second Solução em Tecnologia LTDA, financiados com recursos do PNAFM. Como resultado, foi registrada a ampliação e modernização da infraestrutura tecnológica institucional, com entrega de 100% dos equipamentos em 2025, promovendo maior capacidade operacional, aumento da produtividade das equipes e suporte adequado às soluções e sistemas implantados no âmbito do programa.

Foi ainda executado o Contrato nº 23/2025, firmado com a empresa Etopocart GEO360 LTDA, no valor de R\$ 323.959,82, referente à implantação do Observatório do Mercado Imobiliário (OMI). As ações incluíram licença de uso de software, suporte técnico, manutenção, hospedagem, customização e treinamento. Como resultado, o OMI foi integralmente implantado em 2025, possibilitando maior precisão na avaliação imobiliária, apoio às ações de fiscalização e incremento da eficiência na arrecadação de tributos, especialmente do ITBI.

Por fim, foi executado o Plano de Capacitação Fiscal, com a participação de três membros da UEM-Teresina em eventos de capacitação e treinamento técnico alinhados às diretrizes do PNAFM, com foco no aprimoramento da gestão fiscal e institucional. Como resultado, houve o fortalecimento do conhecimento especializado da equipe envolvida na execução do programa, ampliando a eficiência administrativa e contribuindo para a sustentabilidade das ações de modernização da gestão fiscal municipal.

2.1.5 Conselho de Contribuintes do Município de Teresina - CCMT

Monitorar as Atividades do Conselho de Contribuintes do Município de Teresina.

Tabela 14: Principais Resultados Alcançados

Atividades Desenvolvidas	Resultados Alcançados
Recepção de processos administrativos tributários encaminhados pela primeira instância administrativa.	Distribuição de 89 processos para os conselheiros relatores.
Realização de exame de admissibilidade dos processos administrativos tributários.	Emissão de 32 (trinta e dois) decisões em segunda instância administrativa em forma de acórdão, com elaboração de 32 relatórios, votos e acórdãos, correspondente ao total de R\$ 15.673.083,09 (quinze milhões, seiscentos e setenta e três mil, oitenta e três reais e nove centavos).
Emissão de Decisão Singular da Presidência do Conselho de Contribuintes do Município de Teresina nos casos de Pedido de Esclarecimento interpostos por sujeitos passivos de obrigação tributária.	Análise de 21 recursos voluntários e 17 reexames necessários.
Julgamento de processos administrativos tributário, em segunda instância administrativa, com emissão do relatório, voto e acórdão decorrente do caso julgado.	Emissão de 1 decisão singular da presidência do conselho de contribuintes.
Manifestação sobre pedidos de prorrogações de prazo para apresentação de relatórios e defesas.	Emissão de 4 exames de não admissibilidade de recursos voluntários.
Proposição de resolução do Conselho de Contribuintes do Município de Teresina.	Elaboração e aprovação de 1 Resolução do Conselho de Contribuintes do Município de Teresina.
Proposição de alteração no Código Tributário do Município de Teresina.	Elaboração de 1 proposta de alteração do Código Tributário do Município de Teresina.
Discussão das matérias relacionadas aos julgamentos em segunda instância administrativa.	Realização de 10 discussões de matérias relacionadas aos julgamentos em segunda instância administrativa.

Fonte: SEMF/PMT. Dados computados de 01/01/2025 - 31/12/2025.

2.1.6 Monitorar as Atividades da Controladoria - CGM

Monitorar as Atividades da Controladoria Geral do Município.

A Controladoria Geral do Município (CGM) órgão central de controle interno do Poder Executivo Municipal, criada em 2008, por meio do Decreto 10.626 de 2010, tem por missão colaborar para ua gestão de qualidade, coordenando questões orçamentárias, administrativas e operacionais.

1. Termo de Cooperação Técnica SEMF x SEFAZ/PI

Firmado Termo de Cooperação Técnica com a Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí - SEFAZ/PI viabilizando a cessão dos direitos e licenças de uso do software SISTEMA INTEGRADO DE CONTROLE INTERNO - SINCIN para CGM.

Iniciada a fase de implantação dos roteiros para a emissão de parecer e de homologação do sistema, após a liberação do sistema pela SECTI.

Foram detectadas inconsistências durante a fase de homologação, acarretando o adiamento da implantação do SINCIN para o 1º semestre do ano de 2026.

2. **Acompanhamento da execução orçamentária e elaboração de relatórios trimestrais de avaliação da gestão**

Acompanhamento da execução orçamentária e elaboração de relatórios a destinatários específicos, destacando possíveis desvios em relação a critérios legais e recomendando ajustes para cumprimento de metas.

3. **Atualização dos decretos municipais para adequação à Lei nº 14.133/2021 - NLLC**

Participação nas reuniões para adequação dos decretos municipais à Lei nº 14.133/2021, bem como definição dos fluxos e *check list* dos processos. As reuniões contaram com a participação dos representantes da PGM, SEMA, SEMPLAN e SEMF. As minutas dos decretos foram avaliadas pelos demais órgãos da PMT para apresentação de sugestões, visando a sua consequente finalização para publicação dos decretos.

4. **Portal da transparência do Município de Teresina**

A Controladoria Geral do Município – CGM, com suporte da Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação - SECTI, na garantia da disponibilização, atualização e manutenção das informações publicadas no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Teresina, realizou ações no sentido de dar mais transparência e disponibilizar mais informações no Portal da Transparência Municipal, de acordo com às disposições da Instrução Normativa TCE/PI nº 01/2019, de 11 de abril de 2019, que estabelece os critérios e a forma de avaliação dos sítios e portais de transparência dos entes jurisdicionados.

Foi realizado estudo de avaliação inicial e definido calendário para cumprimento da meta. Realizada análise detalhada dos indicadores disponíveis no Portal da Transparência da PMT, com foco nos critérios exigidos pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON).

Foram realizadas reuniões com a SECTI para assegurar a manutenção dos dados no Portal da Transparência, bem como com outros órgãos (SEMA, SEMF) para melhorias dos indicadores e a inclusão de dados.

A Controladoria Geral do Município realizou avaliação da qualidade do Portal da Transparência Pública do Município de Teresina, conforme parâmetros estabelecidos na matriz de critérios de avaliação da transparência pública, disponibilizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE/PI), no âmbito do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTTP).

O relatório da avaliação foi encaminhado em 27 de maio de 2025, devidamente preenchido de acordo com os critérios estabelecidos e graduados como essenciais, obrigatórios e recomendados, e obteve-se índice de transparência igual a 40,82%, o que demonstra a necessidade de adequações e constantes melhorias com o intuito de elevar o índice, e, consequentemente, o nível de transparência.

5. **Cartilha de Retenção Tributária**

Foi elaborada a Cartilha de Retenção Tributárias com a finalidade de orientar os setores financeiros dos órgãos municipais de Teresina quanto às retenções obrigatórias nos pagamentos de serviços

contratados, especialmente em relação aos tributos: Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), Contribuição Previdenciária (INSS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). A divulgação está prevista para ocorrer em março de 2026.

6. **Participação na comissão especial de auditoria**

Foi instituída Comissão com a finalidade de verificar os processos de pagamentos pendentes das gestões anteriores. No âmbito desse trabalho, foram analisados 3.521 processos administrativos encaminhados pelos órgãos e entidades municipais. Desse total, 1.951 referiam-se especificamente a pedidos de pagamento em aberto, os quais perfaziam o montante de R\$ 266.380.497,10(duzentos e sessenta e seis milhões, trezentos e oitenta mil, quatrocentos e noventa e sete reais e dez centavos). Em etapa posterior, procedeu-se à verificação dos processos de pagamento da Fundação Municipal de Saúde - FMS, Secretaria Municipal de Educação - SEMEC e Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos - SEMA, totalizando 1.079 processos, com análise de sua regular formalização, bem como a confrontação dos dados constantes nos sistemas E-governe e SEI.

7. **Controle interno dos processos administrativos com emissão de parecer**

Dentre os processos analisados, considerando aqueles regularmente tramitados e finalizados com emissão de parecer, destacam-se as seguintes categorias: abertura de licitação; dispensa de licitação; adesão a ata de registros de preços; reequilíbrio econômico-financeiro; repactuação; reajuste de preços; prorrogação de contratos; aditivos contratuais; pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços; suprimentos de fundos; bem como a análise dos balancetes mensais do IPMT e da PMT. Ao todo, foram emitidos pareceres técnicos em 5.247 processos durante o ano de 2025.

8. **Realização de treinamento para gestores e fiscais de contratos terceirizados**

Foi realizado treinamento destinado aos gestores e fiscais dos contratos de terceirização dos órgãos da PMT, com foco no papel dos gestores e fiscais no controle e fiscalização desses contratos. O treinamento ocorreu no mês de novembro e teve como objetivos nivelar conhecimentos, atualizar os fluxos processuais em conformidade com o Decreto nº 22.166/2022, bem como apresentar os modelos de relatórios e documentos que devem ser analisados pelo fiscal previamente à emissão da nota fiscal pelas empresas contratadas.

9. **Tomada de contas especial**

Em cumprimento à determinação do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE/PI), nos termos do Acórdão nº 178/2024 - SPL, proferido nos autos do Processo TC nº 011.274/2023, foi instaurado procedimento de Tomada de Contas Especial com a finalidade de apurar os fatos e eventuais irregularidades relacionadas ao TC nº 012.152/2024, referente à Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas (SEMCASPI). A apuração decorreu da execução de despesas com a aquisição de produtos destinados à distribuição gratuita a famílias em situação de vulnerabilidade social, sem a devida identificação dos beneficiários. Por meio do processo SEI nº 00043.020181/2025-80, a Controladoria Geral do Município (CGM), em conjunto com representantes da SEMCASPI, elaborou o Relatório Conclusivo da Tomada de Contas Especial, o qual foi encaminhado ao TCE/PI, contendo a apuração dos fatos, a análise documental e recomendações direcionadas à referida Secretaria. Ademais, no decorrer do exercício em questão, foram instaurados outros quatro procedimentos de Tomada de Contas Especial, por iniciativa desta Controladoria Geral do Município, referente à Secretaria Municipal De Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas (SEMCASPI), os quais

se encontram em andamento, atualmente na fase de notificação das entidade responsáveis pelas irregularidades identificadas. A instrução processual e as tratativas correspondentes tramitam nos autos dos processos SEI nº 00049.0091106/2025-45, 00049.009107/2025-18, 00049.006696/2024-31 e 00049.009708/2024-90.

10. Repactuação

No que se refere aos processos de repactuação dos contratos de terceirização, foram implementados controles administrativos, expedidas orientações aos órgãos municipais, e aplicados de forma sistemática, os procedimentos estabelecidos aos respectivos processos.

Ao longo do ano de 2025, foram analisados, com a respectiva emissão de parecer, 72 processos de repactuação de contratos vigentes no âmbito desta PMT.

Esses processos estiveram distribuídos entre diversos órgãos e secretarias municipais, com destaque para a SEMEC, responsável por 19 processos, seguida da ETURB e da SEMF, com 6 processos cada, e da SEMCASPI, com 5 processos.

As demais unidades apresentaram quantitativos variados, a saber: ARSET (3), FMS (2), FWF (1), IPMT (4), SAAD Leste (2), SDR (2), SDU Centro/Norte (3), SDU Leste (2), SDU Norte (1), SDU Sudeste (2), SDU Sul (2), SEMA (4), SEMAM (2), SEMAN (1), SEMEL (1), SEMJUV (2), SEMPLAN (1) e SMPM (1), totalizando, ao final, 72 processos analisados.

Ademais, cumpre destacar a controvérsia judicial que tramitou nos autos do processo SEI nº 00048.002986/2024-50, a qual envolveu aspectos técnicos relacionados aos cálculos de repactuações e atualizações contratuais referentes ao período de 2008 a 2015, concernentes a eventuais débitos do Município de Teresina junto à empresa SERVI-SAN. A análise completou um total de 29 contratos, com vistas à apuração efetiva de possíveis valores devidos à referida empresa.

2.1.7 Gerência Executiva da Transferências Constitucionais - GETC

✓ Incrementar a Receita.

Tabela 15: Principais Atividades Desenvolvidas

Atividades Desenvolvidas	Resultados Alcançados
Acompanhamento dos repasses de ICMS	Preservação do IQ (único índice quantitativo) do ICMS saúde - impacto de aproximadamente R\$ 11.000.000,00(onze milhões de reais);
Colaboração na produção de TR(Termo de Referência) e demais documentos para a contratação, via processo licitatório, de empresa de consultoria para dinamizar e informatizar a fiscalização e o acompanhamento do VAF (Valor Adicionado Fiscal);	Obtenção do selo A no ICMS ecológico 2025(aplicação em 2026);
Condução dos trabalhos de levantamento de informações para habilitação e peticionamento junto à SEMARH visando a obtenção do selo A ICMS ecológico de 2026.	

Fonte: SEMF/PMT. Dados computados de 01/01/2025 - 31/12/2025.

2.1.8 Centrais de Atendimento ao Público - CAPS

As atividades desenvolvidas nas Unidades de Atendimento ao Público (Centro, Leste e Teresina Shopping) envolveram uma série de ações voltadas para a melhoria da infraestrutura e da qualidade no atendimento aos contribuintes. Foram realizadas reuniões de alinhamento com a Coordenação Especial da Receita e com a Secretaria Executiva da SEMF, com foco na identificação de melhorias a serem implementada.

Na Unidade Centro, ocorreu a implantação de novos guichês de atendimento exclusivo para serviços como IPTU, ITBI, Simples Nacional, Cartografia e Protocolo SEMF, garantindo mais agilidade e organização no fluxo de atendimentos. Além disso, foi feita a apresentação aos servidores das Unidades de Atendimento sobre a implantação do novo sistema da nota fiscal eletrônica, acompanhada de um treinamento prático a correta utilização da ferramenta.

Também foram promovidas reuniões de alinhamento com os servidores para discutir novos procedimentos, levantar sugestões e demandas, além de propor melhorias para a área de atendimento. Como parte da modernização da infraestrutura, a Unidade de Atendimento do Centro recebeu novas cadeiras destinadas aos contribuintes, proporcionando mais conforto durante o tempo de espera.

Por fim, foi realizada a capacitação de servidores em diversas áreas de atendimento, reforçando a importância da qualificação contínua para oferecer um serviço cada vez mais eficiente e de qualidade à população.

2.1.9 Incrementar Receitas - ISS

Tabela 16: Principais Atividades Desenvolvidas (ISS)

Projeto Especial de Diligências em grandes devedores de ISS para adesão ao REFIS;
Projeto Especial para disseminação do uso do DTE;
Projeto Especial Malha SN x NFS-e com posterior lançamento/notificação em massa de contribuintes;
Projeto Especial de Estímulo à Autorregularização;
Realizado Convênio com o Banco Central do Brasil para acesso ao Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS/BACEN);
Formalizado Acordo de Cooperação Técnica SEMF/CREA-PI;
Em andamento tratativas para Convênio com o Ministério Público Federal para acesso ao Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias (MPF/SIMBA);
Realizado Convênio com o Banco Central do Brasil para acesso ao Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS/BACEN);
Em andamento tratativas (em conjunto com a PGM) para efetivar a participação no âmbito do GRINCOT;
Formalizado Termo de Cooperação Técnica SEMF/JUCEPI;
Correção e aprimoramento de sistemas (ADMFIS; INTELFIS; NFS-e; DESIF; SIAT);
Implementação de novo sistema emissor de NFS-e, visando convergência com exigências impostas pela Reforma Tributária;
Atualização da legislação tributária municipal (ação conjunta com o NETEF-SEMF);
Encaminhado à CERM-SEMF o Mapeamento de Competências, no âmbito GEISS-SEMF visando fortalecer a qualificação dos servidores e aprimorar os procedimentos operacionais.

Fonte: GEISS-SEMF/PMT. Dados computados de 01/01/2025 - 31/12/2025.

2.1.10 Incrementar Taxas e Multas

Tabela 17: Principais Resultados Alcançados

Projetos Especiais - Elaboração e execução de 72 Projetos Especiais. Todos objetivando a atualização dos Cadastros Mobiliários e Imobiliários e respectivos Lançamentos, Notificações, Cobranças e acompanhamento da arrecadação das taxas TLFF, TLA, TRIFS, TCRD e a COSIP;	Com a execução dos projetos, atualizou-se os cadastros Mobiliário e Imobiliário dos contribuintes abrangidos pelos projetos, bem como efetuar-se a constituição de crédito tributário no montante de aproximadamente R\$ 36.000.000,00 (trinta e seis milhões de reais), com isso, evitando-se prejuízos futuros, pela não constituição de créditos por inconsistência cadastrais;
Treinamento de servidores - A Gerência Executiva de Taxas e Multas e Contribuições (GETAMC), ministrou treinamentos para os servidores dos Órgãos Municipais envolvidos com a cobrança de tributos municipais/Multas, relacionados com a correta aplicação da legislação municipais e utilização dos SISTEMAS informatizados da SEMF;	Foram qualificados aproximadamente 100 servidores desses órgãos envolvidos com a arrecadação dos tributos TLLF, TLA, TRIFS e COSIP e Multas, bem como proporcionou um melhor atendimento aos municípios que procuram os serviços prestados pela SEMF; SEMAM; FMS/GEVISA/GEZOOM; SDU SUL; SDU NORTE; SDU CENTRO; SDU SUDESTE; SDU LESTE e SDR;
Processos administrativos SEI 2025 - No período de JANEIRO/2025 a DEZEMBRO/2025 tramitou pela Gerência Executiva de Taxas Multas e Contribuições – GETAMC 2.243 Processos SEI;	Sendo que 2.100 Processos foram analisados e concluídos pela equipe da gerência, correspondendo a uma análise de 94% dos processos que deram entrada no setor;
Planejamento estratégico - 2025 - Participação na Elaboração do Planejamento Estratégico da Secretaria Municipal de Finança – SEMF, Processo SEI Nº 00043.003007/2025-21;	Planejamento concluído e ações executadas conforme planejadas;
Mapeamento de competências da SEMF - Participação na Elaboração do Mapeamento de Competências da SEMF para o ano de 2025 - Processo SEI Nº 00043.004631/2025-17;	Projeto concluído – com o objetivo de fortalecer a qualificação dos servidores e aprimorar os processos executados dentro da Secretaria Municipal de Finanças – Ação em andamento;
Utilização da notificação de contribuintes via domicílio tributário eletrônico - DT-e - Com a execução dos Projetos Especiais – PEAs., os Auditores Fiscais lotados na GETAMC, bem como de outras Gerências que participaram dos projetos foram treinadas para Notificar os contribuintes, após a conclusão dos trabalhos, via DT-e;	Com a utilização da NOTIFICAÇÃO do contribuinte, via DT-e, Pelos Auditores Fiscais, a GETAMC deu mais agilidade às notificações dos contribuintes quando da constituição dos créditos tributários, diminuindo de forma considerável o trabalho que antes era efetuado de forma manual;
Revisão Taxas Municipais - CTMT - Formalização de Processo Administrativo SEI nº 00043.014208/2025-40 para acompanhamento da execução do Projeto “Revisão Taxas Municipais” – Código Tributário do Município de Teresina, ação em execução em conjunto com os órgãos SEMF; SDU NORTE; SDU SUL; SDU SUDESTE; SDU LESTE; SDU CENTRO; SDR; FMS/GEVISA e GAM/SEMAM;	Projeto executado de forma parcial, tendo em vista ter ocorrido adequação apenas na Taxa de Serviços de Coleta, Transporte e Disposição Final de Resíduos Sólidos Domiciliares – TCRD;

Lançamento das Taxas TLFF, TLA e TRIFS - 2025/2026 - Concluído - Processo de lançamento das taxas Taxa de Licença e Fiscalização para Funcionamento – TLFF; Taxa de Licenciamento Ambiental - LO – TLA e Taxa de Registro, Inspeção e Fiscalização Sanitária – TRIFS para os licenciamentos das atividades econômicas no Município de Teresina, referentes ao Alvará de Funcionamento; Licenciamento Ambiental de Operação e Licenciamento Sanitário para o exercício de 2026. Processo SEI Nº 00043.015627/2025-42;	O Projeto envolveu o lançamento das taxas TLFF, TLA e TRIFS para aproximadamente 62 mil contribuintes, Pessoas Jurídicas e Pessoas Físicas, gerando um valor lançado de R\$ 21.084.013,62 (vinte e um milhões, oitenta e quatro mil, treze reais e sessenta e dois centavos);
Lançamentos multas não tributárias 2025 - Efetuou-se o lançamento das taxas previstas no Código Tributário do Município de Teresina, incluindo as taxas de licenciamentos TLFF, TLA e TRIFS;	ARRECADAÇÃO TAXAS CTMT 2025 – No período de janeiro a dezembro de 2025 arrecadou-se com a cobrança de taxas o montante de R\$ 50.994.920,20 (cinquenta milhões, novecentos e noventa e quatro mil, novecentos e vinte reais e vinte centavos);
Lançamentos multas não tributárias 2025 - Efetuou-se o lançamento de Multas Não Tributárias no período de janeiro a dezembro de 2025 no montante de R\$ 1.593.690,72 (um milhão, quinhentos e noventa e três mil, seiscentos e noventa reais e setenta e dois centavos).	ARRECADAÇÃO MULTAS NÃO TRIBUTÁRIAS 2025 – No período de janeiro a dezembro de 2025 arrecadou-se com a cobrança de Multas Não Tributárias o montante de R\$ 454.977,57 (quatrocentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e setenta e sete reais e cinquenta e sete centavos).

Fonte: SEMF/PMT. Dados computados de 01/01/2025 - 31/12/2025.

2.1.11 Cadastro Imobiliário - IPTU



Atualizar o Cadastro Imobiliário.

Tabela 18: Principais Resultados Alcançados

Lançamento IPTU/2025: cálculo, homologação, impressão e acompanhamento do início da distribuição dos Carnês de IPTU 2025 pelos correios, com minimização das falhas de entrega ocorridas em 2024; ressalta-se que os boletos foram disponibilizados, também, via Portal da PMT. O total do lançamento do IPTU 2025 foi de R\$ 182.848.128,20 (cento e oitenta e dois milhões oitocentos e quarenta e oito mil cento e vinte oito reais e vinte centavos), sendo 100.503 imóveis isentos de um total de 358.723 imóveis. Foram arrecadados considerando o lançamento do ano de 2025 um total de 120.497.186,26 e totalizando R\$ 166.270.543,42(cento e sessenta e seis milhões, duzentos e setenta mil, quinhentos e quarenta e três reais e quarenta e dois centavos) incluindo a arrecadação dos exercícios anteriores, juros e multas;
Foram realizados o planejamento de treinamento dos atendentes da UAP's com relação aos procedimentos para exigências de documentos contidos no regulamento a de otimizar a atualização cadastral, bem como dar celeridade as respostas aos processos demandados pelos contribuintes.Foram efetuados os devidos treinamentos para os atendentes das UAP's referente a alteração da Lei nº 6.166/2024 (nova PGV) que será implantada no ano de 2026;
Atualização de dados cadastrais de origem das Superintendências de Desenvolvimento Urbano (SDU's) através de processos de Habite-se, Auto de Regularização, Demarcação, Remembramentos, desmembramentos e implantação de loteamentos;

Foram cadastrados os seguintes Empreendimentos: Jonathas Nunes Residence, Studio V Jockey e Studio V Dom Severino, totalizando 543 unidades e 50.452,62 m ² de área construída e os loteamentos Reserva do Cajuí com 2.196 lotes e Boa Vizinhança I com 597 lotes, 17 quadras, áreas verdes e institucionais, APPs e 17 vias internas. Além disso, foram efetuadas as Alterações da situação de cobrança de condomínios em construção para construídos dos seguintes Condomínios: Alto Belo Leste-Bloco A, Canada Residence-Bloco Quebec, Ilhotas <i>Premiere</i>
Atualização de dados cadastrais através de processos provenientes da Gerência Executiva de ITBI;
Atualização de dados cadastrais através de processos proveniente de reclamações contra lançamento de IPTU ;
Atendimento em regime de plantão presencial realizado por auditor lotado na Gerência Executiva de IPTU, com foco no esclarecimento de dúvidas atinentes à tributação imobiliária e alterações cadastrais que não demandem processo específico; os plantões são realizados às segundas, terças e quintas-feiras da semana;
Realização de cruzamentos mais eficientes de dados relacionados com cadastro imobiliário e com os lançamentos de IPTU, utilizando <i>SIAT x QGIS x Streetview</i> Ressalta-se que são utilizadas ORTOFOS dos anos de 2013, 2023 e imagens de satélite do <i>Google Eath</i> analisando assim, as mudanças de áreas construídas de forma temporal;
Acompanhamento dos serviços de disponíveis via web para contribuintes, como acesso a memórias de cálculo, extrato de débitos e emissão de DATM e certidões negativas, bem como atualização das informações relativas à legislação e ao lançamento de IPTU 2025 no site < https://servicos-semf.pmt.pi.gov.br/ >;
Elaboração de relatório de acompanhamento de ações promovidas para cumprimento da Decisão contida no Acórdão nº 168/2022 - TCE/PI através do processo SEI nº 00048.000519/2025-17. Destaca-se que as alterações do Código Tributário do Município de Teresina promovida pela LEI complementar nº 6.166/2024 referente implantação da nova Planta de Valores Genéricos - PVG serão refletidos no ano de 2026;
Participação de reuniões com o grupo de trabalho para implantação de Sistema de Informação Geográfica - SIG (Construção do Cadastro Multifinalitário da Prefeitura de Teresina), empresa contratada Consórcio Teresina Digital. Deve, ser esclarecido que foram contratados os serviços técnicos de engenharia para elaboração de modelo tridimensional (3d) da cidade de Teresina, com base cartográfica municipal, cadastro imobiliário, Planta Genérica de Valores (PGV) e implantação de um sistema de informações geográficas (SIG) através do Contrato nº 001/2023 – SEMF;
Acompanhamento do recadastramento imobiliário em campo e remoto promovido pela empresa Consórcio Teresina Digital, o qual será refletido no lançamento do IPTU 2026. Foram realizadas 18.500 visitas em campo e 35.000 atualizações de forma remota, sendo realizadas técnicas de restituições de áreas edificadas, ortofotos, mapeamento móvel terrestre 360° e fotos oblíquas. Destaca-se que fora efetivamente efetuadas as alterações de 41.658 imóveis no Cadastro Imobiliário Fiscal(CIF);
Atualização das plantas-quadras promovida pela Divisão de Cartografia com as informações dos imóveis constantes nos processos provenientes das SDU's;
Atendimento às demandas da Procuradoria Geral do Município(PGM) e de contribuintes com relação aos débitos existentes nos imóveis arrematados em hasta pública, bom como sobre o saneamento dos dados cadastrais dos imóveis com débitos inscritos em dívida de proprietários falecidos (ESPÓLIO);
A Gerência Executiva de IPTU está representada por dois auditores no Grupo de Trabalho CIB Capitais, instituído pela Receita Federal do Brasil e composto pelas 27 capitais estaduais e o Distrito Federal. A criação do Cadastro Imobiliário Brasileiro (CIB) foi realizada pela Lei complementar nº 214/2025, regulamentada pela Portaria RFB nº 2.275/2025, voltada à integração com os cartórios. O objetivo do CIB é consolidar, em uma base nacional única, as informações sobre imóveis, reunindo dados anteriormente dispersos entre cartórios, prefeituras e órgãos federais. O ambiente de produção do SINTER, disponibilizado pelo SERPRO, já foi implementado, e algumas capitais iniciaram os processos de integração com o SINTER 2.0.

Fonte: SEMF/PMT. Dados computados de 01/01/2025 - 31/12/2025.

2.1.12 Incrementar Receita - ITBI

Aproximação institucional com Cartórios de Notas (orientação e conformidade) - Realização de ações sistemáticas de alinhamento com Cartórios de Notas, com o objetivo de qualificar as informações

prestadas nos atos notariais, promovendo: correta identificação da sujeição passiva; maior consistência documental; adequada instrução para apuração da base de cálculo e emissão do lançamento do ITBI.

Aproximação institucional com Cartórios de Registro de Imóveis (prevenção e detecção de evasão) - Fortalecimento do diálogo com Cartórios de Registro de Imóveis para identificação de situações com indícios de fraude fiscal no momento do registro, com foco em: evitar transmissões formalizadas sem o correspondente recolhimento do ITBI; aprimorar fluxos de verificação e comunicação para mitigar perdas de arrecadação.

Revisão de procedimento para cobrir evasão no recolhimento do ITBI nas cessões de direitos - Condução de estudo técnico e institucional, com participação da Procuradoria Geral do Município (PGM) e de representantes das serventias extrajudiciais de Teresina, voltado à revisão das práticas consolidadas relacionadas às cessões de direitos, com vistas a: reduzir brechas operacionais exploradas para evasão fiscal; consolidar orientações e procedimentos mais aderentes à finalidade arrecadatória e à segurança jurídica do lançamento.

Revisão de procedimento para coibir evasão no recolhimento do ITBI nas aquisições de terreno com mútuo para construção - Implementação de medidas junto a construtoras e contribuintes para exigir, no peticionamento do ITBI, a apresentação dos instrumentos contratuais pertinentes (especialmente o contrato de construção), visando: correta delimitação da incidência do ITBI (com atenção à hipóteses em que não há incorporação imobiliária); redução de inconsistências recorrentes na tributação de operações estruturadas como “terreno + construção”. **Ação orientativa e pedagógica complementar** realizada junto a pequenas construtoras atuantes em Teresina, com objetivos de: esclarecer a apuração adequada do ITBI em operações com mútuo para construção; reforçar a devida incidência do ISS nos contratos de prestação de serviços de construção civil; estimular o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e o cadastramento de construtoras externas para emissão de nota fiscal avulsa, nos termos da legislação municipal do ISS.

Atuação institucional junto ao TJPI para garantir a oitiva do Município antes de decisões preliminares e resguardar a arrecadação até o julgamento do mérito - Diante do incremento de demandas judicializadas e da ocorrência de decisões liminares determinando lançamentos sem prévia na manifestação municipal, foi realizada visita institucional a Magistrados do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJPI), sustentando-se a necessidade de: oitiva prévia do Município antes de decisões em sede preliminar; preservação do contraditório e da ampla defesa; melhor qualificação do convencimento judicial com informações técnicas e fiscais do ente tributante.

Aperfeiçoamento da apuração da base de cálculo e controle de qualidade dos lançamentos - Adoção de medidas de controle e qualificação da análise processual, com foco em: aprimoramento das apurações de base de cálculo do ITBI, com maior aderência aos critérios avaliativos aplicáveis; identificação de valores declarados aquém dos praticados no mercado imobiliário local; coibição de enquadramentos indevidos de alíquota (especialmente aplicação incorreta de 1,8% em hipóteses não compatíveis); maior rigor na análise de isenções e não incidências, mediante verificação mais estrita dos requisitos legais e documentais para concessão/manutenção do benefício.

Resultados Alcançados No acumulo do exercício, a arrecadação do ITBI em 2025 totalizou R\$ 60.984.606,54(sessenta milhões, novecentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e seis reais e cinquenta e quatro centavos), representando crescimento de 18% em relação a 2024 (R\$ 51.485.257,51(cinquenta e um milhão, quatrocentos e oitenta e cinco mil, duzentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e um centavos)). O desempenho anual foi acompanhado por: aumento no volume de lançamentos: 8.912 para 9.402; elevação do valor médio por ITBI lançado: R\$ 5.777,07 para R\$ 6.486,34 (variação aproximada de +11%); Destaques de comportamento mensal (arrecadação 2024 x 2025): observou-se expansão relevante em meses estratégicos,

com ênfase em outubro/2025 (R\$ 10.272.427,08(dez milhões, duzentos e setenta e dois mil, quatrocentos e vinte e sete reais e oito centavos) + 97% frente a 2024) e dezembro/2025 (R\$ 5.654.483,16(cinco milhões, seiscientos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e três reais e dezesseis centavos) + 66%), reforçando o impacto do aprimoramento de controles e da qualificação das análises. Ressalta-se, por oportuno, que parte significativa das ações implementadas em 2025 possui natureza estruturante, com efeitos típicos de médio e longo prazo, razão pela qual a tendência é de que os seus impactos sejam mais expressivos ao longo de 2026, à medida que os novos procedimentos se consolidem e o nível de conformidade dos agentes envolvidos se eleve. Nesse sentido, tais iniciativas permanecerão sendo fortalecidas e aprofundadas pela Gerência Executiva do ITBI, com foco na continuidade do aperfeiçoamento do controle dos lançamentos, na mitigação de evasões e no incremento sustentável da arrecadação municipal.

Os resultados consolidados de 2025 refletem o fortalecimento do conjunto de medidas executadas pela Gerência Executiva do ITBI, especialmente no eixo de prevenção à evasão, qualificação documental, melhoria dos critérios de avaliação e controle da conformidade dos lançamentos. Mantém-se, para o exercício subsequente, a diretriz de ampliar a integração institucional e o rigor técnico das análises, com foco na segurança jurídica, isonomia tributária e incremento sustentável da arrecadação municipal.

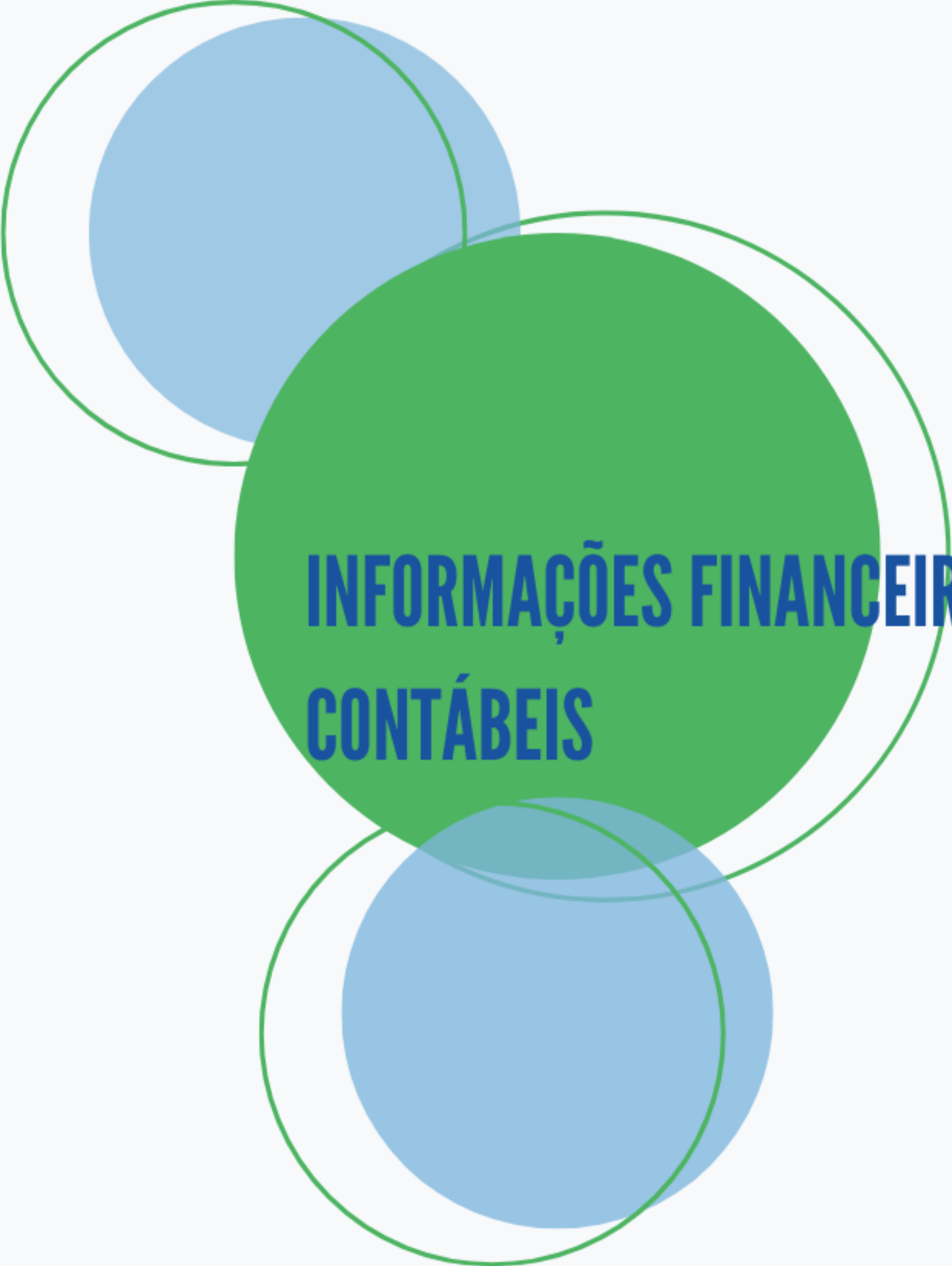
2.1.13 Principais Resultados Alcançados - NETEF

Núcleo de Estudos Tributários e Educação Fiscal.

Tabela 19: Principais Resultados Alcançados

Atividades Desenvolvidas	Resultados Alcançados
Atuação institucional junto ao Núcleo de Apoio Contábil Fiscal - NAF nas instituições de Ensino Superior (ação de educação fiscal).	Acompanhamento, visitas técnicas e treinamentos junto aos NAFs: UESPI, CESVALE e ESTÁCIO DE SÁ.
Elaboração de Estudos e Pesquisas no código para fins de alterações normativas no Código Tributário Municipal de Teresina (CTMT), bem como seu regulamento e demais dispositivos da Legislação Tributária Municipal.	Produção de atos normativos, sancionados e publicados: Lei Complementar; Decretos, Portarias, Instruções normativas etc.
Manifestação e elaboração de pareceres em processos acerca de Solicitação de Informação Fiscal.	Elaboração de manifestação frente ao dever de sigilo fiscal imposto às administrações tributárias.
Levantamento, catalogação e indexação da Legislação Tributária Municipal; Manutenção do <i>site</i> SEMF Legis para transparência e informação aos públicos interno e externo acerca da Legislação Tributária Municipal em vigor, com aplicação dos principais atos normativos.	Publicação e manutenção do site: < http://legis.teresina.pi.gov.br >.
Divulgação de Informações Tributárias de interesse da SEMF.	Divulgação interna, mediante aplicativo de mensagens, de informações tributárias de interesse da SEMF na 'Comunidade NETEF' no grupo 'SEMF Legis'.
Participação em Grupos e Comissão de Discussões relacionadas à Reforma Tributária.	Participação de AFRM em Grupo Técnico (GT) 7 - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza e Impostos Sobre Bens e Serviços (ISSQN e IBS) da Associação Brasileira de Secretarias de Finanças - ABRASF, mais especificamente quanto à Reforma Tributária; Participação de AFRM na Comissão de estudos da SEMF referentes à Reforma Tributária.

Fonte: SEMF/PMT. Dados computados de 01/01/2025 - 31/12/2025 .



INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

CONSOLIDADO 2025

SEMF

Secretaria Municipal
de Finanças



TERESINA
NO CAMINHO CERTO

Esta seção apresenta informações relativas à execução orçamentária e financeira do Município no exercício de 2025, bem como dados referentes à arrecadação de receitas, à realização de despesas e à gestão contábil da administração municipal.

As informações apresentadas têm como objetivo demonstrar a forma como os recursos públicos foram administrados ao longo do exercício, evidenciando a relação entre planejamento orçamentário, execução financeira e resultados obtidos.

A análise das informações financeiras permite compreender o desempenho fiscal do Município, bem como os principais fatores que influenciaram a evolução das receitas e despesas ao longo do período.

3.1 Receitas



Tabela 20: Quadro Geral da Receita

Categorias	Receitas Correntes (R\$)
Receitas Tributárias (Substituído por Imposto, Taxas e Contribuições de Melhorias)	1.092.847.416,08
Receitas de Contribuição	734.017.034,88
Receitas Patrimoniais	123.299.492,70
Receitas de Serviços	109.263.286,26
Transferências Correntes	3.156.402.239,67
Outras Receitas Correntes	189.941.225,90
TOTAL	5.405.770.695,49
Categorias	Receitas de Capital(R\$)
Operações de Crédito	51.639.282,84
Alienação de Bens	0
Amortização de Empréstimos	103.670,83
Transferências de Capital	4.952.314,57
TOTAL	56.695.268,24
RECEITA TOTAL	5.462.465.963,73

Fonte: SEMF/PMT. Dados computados de 01/01/2025 - 31/12/2025 .

3.1.1 Receitas Tributárias

A Tabela 21 e a Figura 6 apresentam o comparativo da arrecadação das receitas tributárias entre os exercícios de 2024 e 2025, evidenciando variações distintas entre os principais tributos municipais.

O IPTU registrou crescimento expressivo, passando de R\$ 139.369.320,66(cento e trinta e nove milhões, trezentos e sessenta e nove mil, trezentos e vinte reais e sessenta e seis centavos) em 2024 para R\$ 166.321.115,49(cento e sessenta e seis milhões, trezentos e vinte e um mil, cento e quinze reais e quarenta e

nove centavos) em 2025, representando aumento de 19,33%. Esse desempenho indica avanço na arrecadação imobiliária, possivelmente decorrente de atualização cadastral, ampliação da base tributária ou maior eficiência na cobrança.

O ISS, que figura entre as principais fontes de receita, apresentou um aumento de 4,02%, saindo de R\$ 497.095.262,20(quatrocentos e noventa e sete milhões, noventa e cinco mil, duzentos e sessenta e dois reais e vinte centavos) para R\$ 517.086.479,87(quinhetos e dezessete milhões, oitenta e seis mil, quatrocentos e setenta e nove reais e oitenta e sete centavos).

O IRRF apresentou aumento de 5,72% entre 2024 e 2025. A arrecadação passou de R\$ 280.422.067,25 (duzentos e oitenta milhões, quatrocentos e vinte e dois mil, sessenta e sete reais e vinte e cinco centavos) em 2024 para R\$ 296.474.897,25 (duzentos e noventa e seis milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil, oitocentos e noventa e sete reais e vinte e cinco centavos) em 2025, evidenciando aumento na receita proveniente desse tributo no ano de 2025.

O ITBI teve crescimento de 18,05%, aumentando de R\$ 51.485.257,51(cinquenta e um milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil, duzentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e um centavos) para R\$ 60.780.168,91(sessenta milhões, setecentos e oitenta mil,cento e sessenta e oito reais e noventa e um centavos), o que pode refletir maior movimentação no mercado imobiliário ou valorização dos imóveis no período.

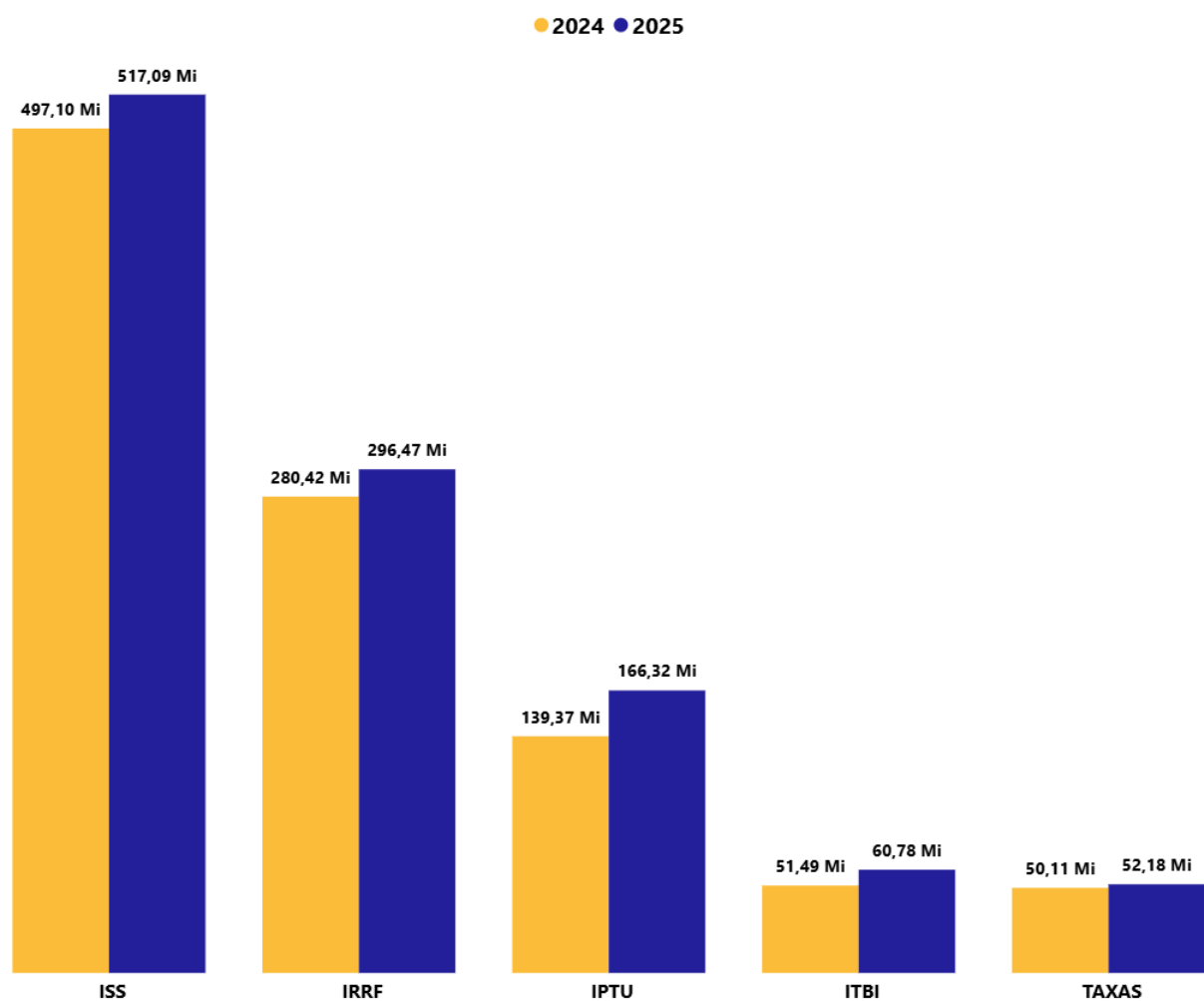
As Taxas também apresentaram crescimento, de 4,14%, passando de R\$ 50.110.861,68(cinquenta milhões, cento e dez mil, oitocentos e sessenta e um reais e sessenta e um centavos) para R\$ 52.184.754,56(cinquenta e dois milhões, cento e oitenta e quatro mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos), indicando melhora na arrecadação de serviços públicos específicos ou maior eficiência na cobrança.

Tabela 21: Arrecadação com Receitas Tributárias

TRIBUTOS	2024 (R\$)	2025 (R\$)	VARIAÇÃO% (2024-2025)
IPTU	139.369.320,66	166.321.115,49	19,33
IRRF	280.422.067,25	296.474.897,25	5,72
ISS	497.095.262,20	517.086.479,87	4,02
ITBI	51.485.257,51	60.780.168,91	18,05
TAXAS	50.110.861,68	52.184.754,56	4,14
Receita Total	1.018.482.769,30	1.092.847.416,08	7,30

Fonte: SEMF/PMT. Dados computados de 01/01/2025 - 31/12/2025.

Figura 6: Comparativo de Receitas Tributárias.



Fonte: SEMF/ PMT. Dados computados de 01/01/2025 - 31/12/2025.

3.1.2 Receitas de Transferências correntes

A Tabela 22 e a Figura 7 apresentam o comparativo das receitas de transferências correntes entre os exercícios de 2024 e 2025, evidenciando oscilações distintas entre as principais fontes de repasses intergovernamentais.

O FPM registrou crescimento de 10,23%, passando de R\$ 967.188.238,02(novecentos e sessenta e sete milhões, cento e oitenta e oito mil, duzentos e vinte e três reais e dois centavos) em 2024 para R\$ 1.066.129.421,70(um bilhão, sessenta e seis milhões, cento e vinte e nove mil, quatrocentos e vinte e um reais e setenta centavos) em 2025, mantendo-se como a principal fonte de transferência corrente do município. Esse resultado demonstra relativa estabilidade e leve expansão nos repasses federais.

O FUNDEB apresentou aumento mais significativo, de 9,28%, evoluindo de R\$ 608.091.664,72(seiscentos e oito milhões, noventa e um mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e setenta e dois centavos) para R\$ 664.532.676,78(seiscentos e sessenta e quatro milhões, quinhentos e trinta e dois mil, seiscentos e setenta e seis reais e setenta e oito centavos), indicando maior volume de recursos destinados à manutenção e desenvolvimento da educação básica.

Por outro lado, o ICMS apresentou um aumento de 7,97%, passando de R\$ 403.547.510,05(quatrocentos e três milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, quinhentos e dez reais e cinco centavos) para R\$ 435.732.546,33(quatrocentos e trinta e cinco milhões, setecentos e trinta e dois mil, quinhentos e quarenta e seis reais e trinta e três centavos), demonstrando um bom aumento na participação municipal sobre a arrecadação estadual.

O IPVA apresentou aumento de 2,50%, saindo de R\$ 132.784.926,44(cento e trinta e dois milhões, setecentos e oitenta e quatro mil, novecentos e vinte e seis reais e quarenta e quatro centavos) em 2024 para R\$ 136.108.450,07(cento e trinta e seis milhões, cento e oito mil, quatrocentos e cinquenta reais e sete

centavos) em 2025, o que pode refletir melhora na arrecadação estadual do imposto ou variações na frota tributável.

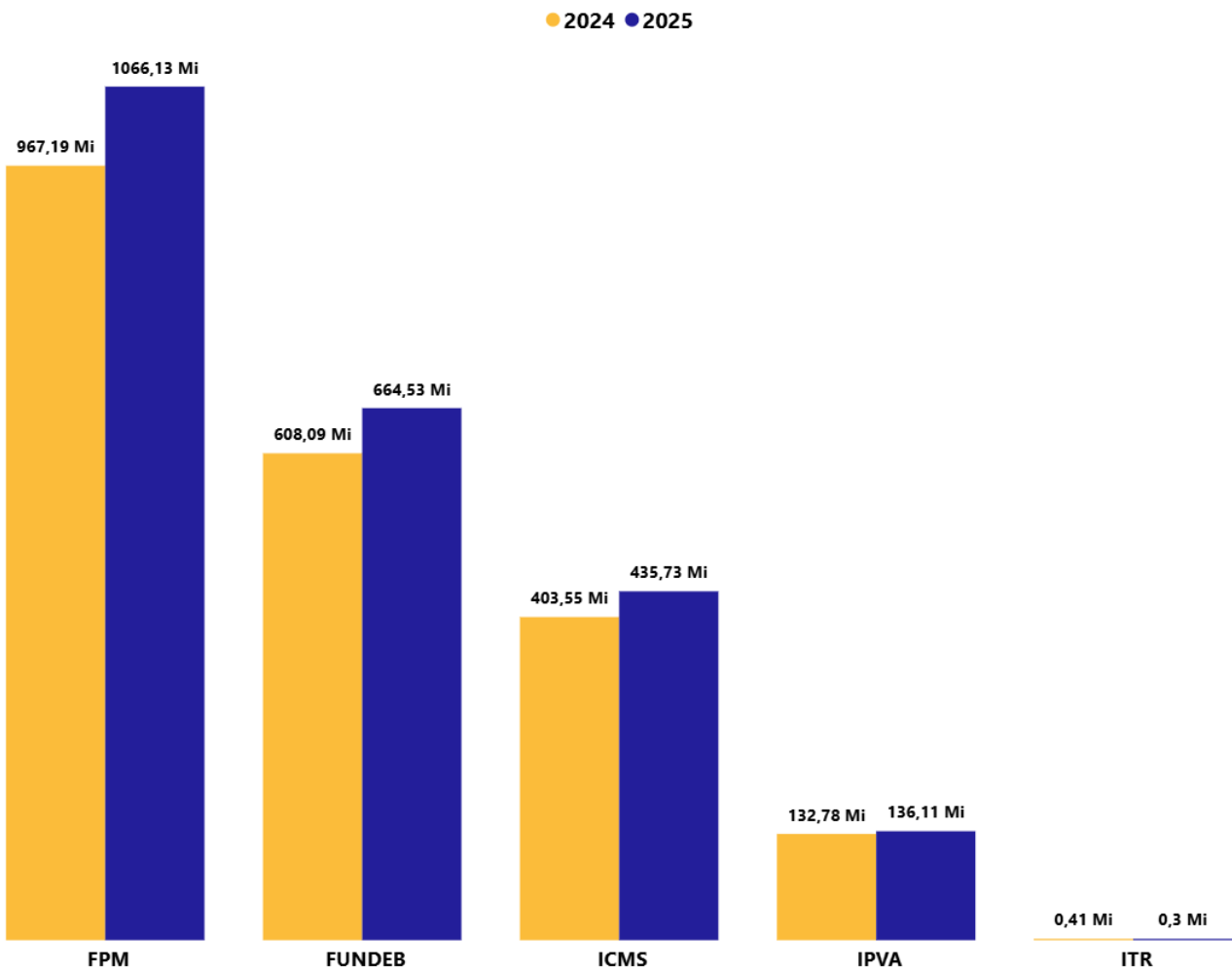
O ITR registrou a maior variação percentual negativa, com redução de 29,08%, passando de R\$ 427.888,61(quatrocentos e vinte sete mil, oitocentos e oitenta e oito reais e sessenta e um centavos) para R\$ 303.440,82(trezentos e três mil, quatrocentos e quarenta reais e oitenta e dois centavos), embora represente parcela pouco significativa no conjunto das receitas.

Tabela 22: **Receitas de Transferências Correntes**

RECEITAS DE TRANSFE-RÊNCIA	2024 (R\$)	2025 (R\$)	VARIAÇÃO% (2024-2025)
FPM	967.188.238,02	1.066.129.421,70	10,23%
ICMS	403.547.510,05	435.732.546,33	7,97%
IPVA	132.784.926,44	136.108.450,07	2,50%
ITR	406.809,73	303.440,82	-25,41
FUNDEB	608.091.664,72	664.532.676,78	9,28
Receita Total	2.112.019.148,96	2.302.806.535,70	9,03

Fonte: SEMF/PMT. Dados computados de 01/01/2025 - 31/12/2025.

Figura 7: **Receitas de Transferências Correntes.**



Fonte: SEMF/ PMT. Dados computados de 01/01/2025 - 31/12/2025.

3.2 DESPESAS



3.2.1 Monitorar as Atividades do Núcleo Financeiro

Monitorar as Atividades do Núcleo Financeiro do Município.

As principais atividades desenvolvidas pelo núcleo financeiro da Secretaria Municipal de Finanças

- Monitoramento e execução da Dívida Pública do Município de Teresina;
- Autorização de requisições de compras;
- Fazer o pré-empenho das despesas contratuais;
- Empenhar, liquidar e pagar as despesas de custeio do órgão;
- Emitir guias de impostos Imposto de Renda - IR e Imposto Sobre Serviço - ISS dos prestadores de serviços da entidade, fazer o pagamento e prestação de contas dos mesmos;
- Emitir relatórios de controle de gastos ao Gestor.
- Monitorar através de processos eletrônicos os andamento de pagamento a fornecedores.

Meta: Melhorar o controle dos processos na administração tributária, financeira e contábil do município.

Tabela 23: Monitoramento dos Indicadores do PPA

Indicador	Resultados			
	2022	2023	2024	2025
Projeção Pessoal/Receita Corrente Líquida	45,92	47,18	45,36	42,90

Fonte: SEMF/PMT. Dados computados de 01/01/2025 - 31/12/2025.

3.2.2 Despesas Executadas

Tabela 24: Quadro Geral das Despesas

Categorias	Despesas Correntes	
	Ano 2025	PARTICIPAÇÃO % (2025)
Pessoal e Encargos	R\$ 70.576.020,49	14,01
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 181.535.001,34	36,05
Outras Despesas Correntes	R\$ 61.232.658,79	12,16
Total	R\$ 313.343.680,62	62,22
Investimentos	R\$ 8.428.857,37	1,67
Inversões Financeiras	R\$ 0,00	0,00
Amortização da Dívida	R\$ 181.822888,52	37,78
Total	R\$ 190.251.745,89	37,78
Despesa Total	R\$ 503.595.426,51	100

Fonte: SEMF/PMT. Dados computados de 01/01/2025 - 31/12/2025.



Iniciativa: Administração de despesas com encargos, sentenças judiciais e precatórios do Município.

Tabela 25: Encargos da Dívida Pública Interna

Atividades Desenvolvidas	Resultados Alcançados
Pagamentos da Dívida	316.870.552,26

Fonte: SEMF/PMT. Dados computados de 01/01/2025 - 31/12/2025.

Tabela 26: Encargos com o PASEP

Atividades Desenvolvidas	Resultados Alcançados
Pagamentos do Pasep	22.130.000,00

Fonte: SEMF/PMT. Dados computados de 01/01/2025 - 31/12/2025.

Tabela 27: Pagamento de Sentenças Judiciais

Atividades Desenvolvidas	Resultados Alcançados
Pagamentos de RPVs	1.214.840,93

Fonte: SEMF/PMT. Dados computados de 01/01/2025 - 31/12/2025.

Tabela 28: Encargos com Precatórios

Atividades Desenvolvidas	Resultados Alcançados
Precatórios em regime especial pagos	13.677.468,94

Fonte: SEMF/PMT. Dados computados de 01/01/2025 - 31/12/2025.

Tabela 29: Encargos Bancários

Atividades Desenvolvidas	Resultados Alcançados
Tarifas pagas	3.660.353,24

Fonte: SEMF/PMT. Dados computados de 01/01/2025 - 31/12/2025.

Tabela 30: Encargos da Dívida Pública Externa

Atividades Desenvolvidas	Resultados Alcançados
Pagamento dívida externa	46.487.337,60

Fonte: SEMF/PMT. Dados computados de 01/01/2025 - 31/12/2025.

3.2.3 Despesas da SEMF

Tabela 31: Quadro Geral das Despesas

Desc. Recurso	Tipo Fonte	Grupo Despesa	Empenhado	Liquidado	Pago
Próprio		Pessoal e Encargos Sociais	70.576.020,49	70.576.020,49	70.543.645,03
		Juros e Encargos da Dívida	181.535.001,34	181.535.001,34	181.535.001,34
		Outras Despesas Correntes	61.024.978,57	61.024.978,57	60.601.969,13
		Investimentos	3.245.487,79	2.488.740,32	675.379,50
		Amortização da Dívida	181.822.888,52	181.822.888,52	181.822.888,52
Vinculado		Outras Despesas Correntes	207.680,22	207.680,22	207.680,22
		Investimentos	5.183.369,58	5.183.369,58	5.155.853,52

Fonte: SEMF/PMT. Dados computados de 01/01/2025 - 31/12/2025.

3.2.4 Tesouraria Geral do Município - TGM



Monitorar as Atividades da Tesouraria Geral do Município.

- Acompanhamento contínuo das disponibilidades financeiras do Município, assegurando liquidez e equilíbrio do fluxo de caixa da PMT;

- Programação e definição diária dos desembolsos financeiros, em consonância com cronograma de pagamento das despesas públicas;
- Controle, conferência e registro dos processos de pagamento no Sistema de Gestão Financeira (SGDF);
- Liberação e gerenciamento de cotas financeiras por meio do sistema E-Governe;
- Acompanhamento e validação dos arquivos de retorno bancário no sistema E-Governe;
- Execução e supervisão dos pagamentos da folha de pessoal da PMT;
- Realização de conciliações bancárias periódicas das contas da PMT, garantindo a conformidade entre registros contábeis e financeiros.

RELAÇÃO DE GESTORES E RESPONSÁVEIS

- EXERCÍCIO DE 2025

NOME COMPLETO	CPF	CARGO OU FUNÇÃO EXERCIDA	PERÍODO INICIAL	PERÍODO FINAL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)	TELEFONE INSTITUCIONAL
Edgar Carneiro Machado Filho	648.145.303-82	Secretário Municipal de Finanças	01/01/2025		semfgab2023@pmt.pi.gov.br	(86)99423-1632
Noemi Rocha Monteiro da Silva	676.081.673-00	Secretária Executiva de Finanças	01/01/2025		semfgab2023@pmt.pi.gov.br	(86)99466-3170
Tiago Vieira Santos	951.535.933-15	Chefe de Coordenação Especial de Núcleos Financeiros	01/01/2021		semf.financeiro2017@gmail.com	(86)99426-3716
Henry Portela Lopes	341.326.353-68	Coordenador Especial da Receita do Município	10/08/2022		Henrylopes.semf@pmt.pi.gov.br	(86)99423-1632
Patricia Santos Barbosa	360.620.303-91	Controladora Geral do Município	02/05/2025		cgm@pmt.pi.gov.br@gmail.com	(86)98879-7421
Agnys Melissa Lima Rocha	760.087.203-00	Contadora Geral do Município	01/01/2021		Melissa.rocha@gmail.com	3215-7542
Teresinha de Jesus Lira Monteiro	152.350.923-68	Tesoureira Geral do Município	27/02/2023		Tesouro_semf@hotmail.com	(86)99423-1632
Herbet Gurgel Araújo	022.030.033-08	Coordenador Especial de Tecnologia da Informação - CETI	01/01/2025		ceti.semf@pmt.pi.gov.br	(85)99625-9513
Leticia Xavier Rodrigues	883.852.993-00	Chefe de Gerência Executiva de Atendimento ao Público	03/03/2022		cap.semf@pmt.pi.gov.br	(86)99441-0885
Vitor Alexandre Dutra Soares	011.312.327-20	Chefe de Gerência Executiva de ISS e Fiscalização	11/40/2024		iss.semf@pmt.pi.gov.br	(21)99918-5423
Juliana Gomes Fazolo	102.042.837-60	Chefe de Gerência Executiva de ITBI	01/01/2025	28/10/2025	jgomesfazolo@gmail.com	(11)937332-2230
Nilene Maria Daniel Lopes	239.478.963-87	Chefe de Gerência xecutiva de ITBI	28/10/2025		nilenedaniel@yahoo.com.br	(86)9981-0801
José Gonçalves de Lima Neto	751.089.093-49	Chefe de Gerência de Transferências Constitucionais - GETC	01/05/2024		Getc.semf@pmt.pi.gov.br	(86)99930-5681
Ricardo José Alves da Silva	132.142.173-72	Chefe de gerência Executiva de Taxas, Multas não Tributárias e Contribuições	10/08/2024		ricardosilva.semf@pmt.pi.gov.br	(86)99423-1632
Ursulina Maria Silva Barros	338.498.033-68	Chefe de Gerência Executiva de Estudos Tributários e de Educação Fiscal	02/01/2025		netef.semf@pmt.pi.gov.br	3215-7562
Lucas Leonidas Santos	010.413.973-05	Chefe do Contencioso Administrativo Tributário	02/05/2025		Contencioso.semf@pmt.pi.gov.br	(86)9819-9549
Fabio Henrique Lobato Carvalho	537.055.563-04	Chefe de Gerência Executiva de IPTU	02/01/2025		iptu.semf@pmt.pi.gov.br	(86) 99939-0100



LISTA DE FIGURAS

Lista de Figuras

1	Organograma - SEMF	10
2	Situação Funcional dos Servidores da Administração.	13
3	Quantidade de Servidores por Gênero.	14
4	Quantidade de Servidores Ativos, por Faixa Etária.	15
5	Patrimônio da SEMF - Bens Permanentes	19
6	Comparativo de Receitas Tributárias.	41
7	Receitas de Transferências Correntes.	42



LISTA DE TABELAS

CONSOLIDADO 2025

SEMF

Secretaria Municipal
de Finanças



TERESINA
NO CAMINHO CERTO

Lista de Tabelas

1	Valores Gastos Mensais 2025 - Água e Energia	16
2	Mão de Obra Terceirizada	16
3	Principais Atividades	17
4	Contratos	18
5	Veículos Locados	19
6	Imóveis Locados	20
7	Principais Resultados Alcançados	22
8	Principais Resultados Alcançados	23
9	Monitoramento dos Indicadores do PPA	23
10	Monitoramento dos Indicadores do PPA	24
11	Principais Resultados Alcançados	24
12	Principais Resultados Alcançados	25
13	Principais Resultados Alcançados	26
14	Principais Resultados Alcançados	28
15	Principais Atividades Desenvolvidas	31
16	Principais Atividades Desenvolvidas (ISS)	32
17	Principais Resultados Alcançados	33
18	Principais Resultados Alcançados	34
19	Principais Resultados Alcançados	37
20	Quadro Geral da Receita	39
21	Arrecadação com Receitas Tributárias	40
22	Receitas de Transferências Correntes	42
23	Monitoramento dos Indicadores do PPA	43
24	Quadro Geral das Despesas	44
25	Encargos da Dívida Pública Interna	44
26	Encargos com o PASEP	44
27	Pagamento de Sentenças Judiciais	44
28	Encargos com Precatórios	45
29	Encargos Bancários	45
30	Encargos da Dívida Pública Externa	45
31	Quadro Geral das Despesas	45



Lista de Siglas

ABRASF	Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais.	37
ADMFIS	Sistema de Administração Fiscal.	23
AFRM	Auditor-Fiscal da Receita Municipal.	26
ARSET	Agência Municipal de Regulação de Serviços Públicos de Teresina.	31
ATRICON	Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil.	29
CCS	Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional.	32
CERM	Coordenação Especial da Receita Municipal.	32
CESVALE	Centro de Ensino Superior Vale do Parnaíba.	37
CGM	Controladoria Geral do Município.	28
CIB	Cadastro Imobiliário Brasileiro.	35
CIF	Cadastro Imobiliário Fiscal.	35
CLT	Consolidação das Leis de Trabalho.	17
CMS	Conselho Municipal de Saúde.	12
COSIP	Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública.	23
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.	32
CTMT	Código Tributário Municipal de Teresina.	37
DATM	Documento de Arrecadação de Tributos Municipais.	35
DTE	Domicílio Tributário Eletrônico.	23, 32
ETURB	Empresa Teresinense de Desenvolvimento Urbano.	31
FPM	Fundo de Participação dos Municípios.	41
FUMIC	Fundo Municipal de Incentivo ao Incremento da Arrecadação.	22
FUNDEB	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.	41
FWF	Fundação Wall Ferraz.	31
GEISS	Gerência de ISS.	32

GETAMC	Gerência Executiva de Taxas e Contribuições.	33
GETC	Gerência Executiva de Transferências Constitucionais.	4, 31
GEVISA	Gerência de Vigilância Sanitária.	26
GEZOON	Gerência de Zoonoses.	33
GT	Grupo Técnico.	37
IBS	Imposto Sobre Bens e Serviços.	37
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.	31
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social.	30
IPCA-E	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - Especial.	22
IPMT	Instituto de Previdência Municipal.	30
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano.	25
IPVA	Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores.	41
IQ	Índice Quantitativo.	31
IRRF	Imposto de Renda Retido na Fonte.	30
ISS	Imposto Sobre Serviço.	25
ISSQN	Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza.	30
ITBI	Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis.	25
ITR	Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rual.	42
JUCEPI	Junta Comercial do Estado do Piauí.	32
LOM	Lei Orgânica Municipal.	11
MPF	Ministério Público Federal.	32
NAF	Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal.	37
NETEF	Núcleo de Estudos Tributários e Econômico-Fiscais.	37
NFSA	Nota Fiscal de Serviço Avulsa.	26
NFSE	Nota Fiscal de Serviço Eletrônica.	26
NLLC	Nova Lei de Licitações e Contratos.	29
OMI	Observatório do Mercado Imobiliário.	27
PDOT	Plano Diretor de Ordenamento Territorial.	12
PGM	Procuradoria Geral do Município.	29

PGV	Planta Genérica de Valores.	26
PME	Plano Municipal de Educação.	11
PMPI	Plano Municipal pelo Primeira Infância de Teresina.	12
PMSB	Plano Municipal de Saneamento Básico.	12
PMT	Prefeitura Municipal de Teresina.	29
PNAFM	Programa Nacional de Apoio a Gestão Administrativa.	26
PNTP	Programa Nacional de Transparência Pública.	29
REFIS	Repactuação Fiscal.	32
SAAD	Superintendência das Ações Administrativas Descentralizadas.	31
SDR	Superintendência de Desenvolvimento Rural.	31
SDU	Superintendência de Desenvolvimento Urbano.	26, 31
SECTI	Secretaria Municipal de Tecnologia da Informação.	28
SEMA	Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos.	29
SEMAM	Secretaria Municipal de Meio Ambiente.	26
SEMARH	Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.	31
SEMCASPI	Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas.	30
SEMEC	Secretaria Municipal de Educação.	30
SEMEL	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.	31
SEMF	Secretaria Municipal de Finanças.	32
SEMJUV	Secretaria Municipal da Juventude.	31
SEMPPLAN	Secretaria Municipal de Planejamento.	29
SIAT	Sistema Integrado de Administração Tributária.	26, 32
SIG	Sistema de Informações Georreferenciadas.	26
SINCIN	Sistema Integrado de Controle Interno.	28
SINTER	Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais.	35
SLIC	Sistema de Licenciamento.	26
SMPM	Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres.	31
SUS	Sistema Único de Saúde.	12
TCE	Tribunal de Contas do Estado.	17
TCRD	Taxa de Coleta, Transporte e Disposição Final de Resíduos Sólidos Domiciliares.	33

TI Tecnologia da Informação. 26

TJPI Tribunal de Justiça do Piauí. 36

TLFF Taxa de Licença de Fiscalização e Funcionamento. 23, 33

TRIFS Taxa de Registro, Inspeção e Fiscalização Sanitária. 33

UAP Unidade de Atendimento ao Público. 34

UESPI Universidade Estadual do Piauí. 37

VAF Valor Adicionado Fiscal. 31